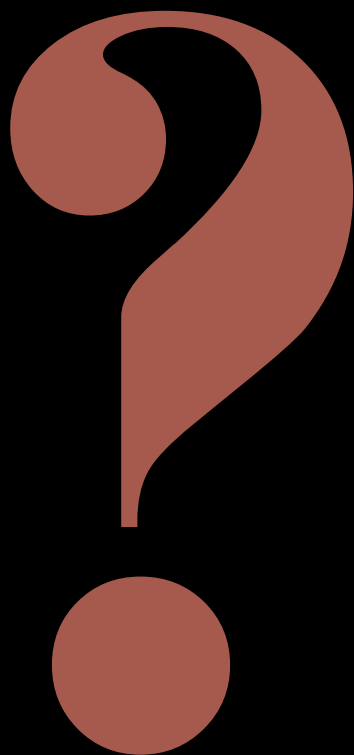


Que SEGURANÇA PÚBLICA Queremos

**Pesquisa Qualitativa dos Grupos de Diálogo
sobre Segurança Pública**



Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação

Coordenação geral

Vera Masagão

Coordenação da área de juventude

Maria Virgínia de Freitas

Equipe do projeto Segura Essa Ideia: Jovens Articuladores pelo Direito à Segurança (JADS)

Supervisão

Gabriel Di Pierro

Coordenação executiva

Márcio Macedo

Educadora

Raquel Luanda

Estagiária

Louise Marinho

Assistente administrativo-financeiro

Sandra Matos

Elaboração de caderno e sistematização de dados dos Grupos de Diálogo

Márcio Macedo

Jovens Articuladores pelo Direito à Segurança (JADS)

Amanda Augusto

Eric Filipe Trindade Cândido Santos

Filipe Machado dos Santos

Joseane Souza de Santana

Josias Souza de Almeida (in memoriam)

Karen Alves de Araújo

Karen Cristina Alves da Silva

Maicon William da Silva Ferreira

Rita De Cassia Da Silva

Thaila Luiza Gomes Arruda

Texto pesquisa “Que Segurança Pública Queremos?”

Márcio Macedo

Gabriel Di Pierro

Revisão do conteúdo do caderno e pesquisa

Bárbara Lopes

Fernanda C. S. Fernandes de Oliveira

Raquel de Souza



SECRETARIA NACIONAL DE
POLÍTICAS SOBRE DROGAS

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E CIDADANIA



Apresentação	p. 7
Metodologia de pesquisa	p. 13
Perfil dos participantes	p. 15
Resultados dos Grupos de Diálogo	p. 17
Análise dos resultados	p. 42
Conclusões finais	p. 46
Bibliografia	p. 47

Que SEGURANÇA PÚBLICA

Queremos





O

O projeto Segura Essa Ideia: Jovens Articuladores pelo Direito à Segurança (JADS) foi desenvolvido pela Ação Educativa, com recursos do Ministério da Justiça e da Oxfam Brasil. Seu objetivo foi produzir reflexões e recomendações para lidar de forma participativa com o tema da segurança pública e da violência contra a juventude, envolvendo jovens, estudantes, professores, familiares e gestores da região de São Mateus e Sapopemba. Ele parte da premissa de que os sujeitos das políticas de segurança pública devem ser escutados na elaboração e implantação das mesmas.

O projeto se desenvolveu em três fases articuladas. A primeira delas foi capacitação sobre a temática de segurança pública com dez jovens de 15 a 20 anos moradores das regiões de São Mateus e Sapopemba, realizada ao longo de dez meses. Os jovens formados conduziram a segunda fase do projeto que se deu com a realização de oito Grupos de Diálogo, espaços de reflexão e debate coletivo que apontaram caminhos possíveis para a elaboração de melhores políticas públicas de segurança.

Ao final, os jovens realizaram uma intervenção artística expressando a sua percepção sobre as questões tratadas ao longo do projeto. Com o auxílio de um arte-educador, eles passaram por uma formação em linguagens artísticas que lhes possibilitou elaborar um mural dentro de uma sala de uma escola de São Mateus utilizando diferentes técnicas, como grafite e estêncil.

A presente publicação traz uma sistematização dos debates e propostas para a segurança pública apresentadas nos oito Grupos de Diálogo realizados entre junho e julho de 2016 nas regiões de São Mateus e Sapopemba. Ela será enviada a diversos grupos da sociedade civil e ao Ministério da Justiça, buscando informar a elaboração de políticas públicas de segurança, considerando as especificidades da juventude moradora dessas regiões.

É fundamental envolver as/os cidadãs/ãos como corresponsáveis pelas políticas públicas fomentando a participação política e aproximando-os das decisões que afetam seu cotidiano.

Equipe Ação Educativa/JADS.
São Paulo, novembro de 2016.

1.1. A Discussão sobre Segurança Pública

O tema da segurança pública vem progressivamente ocupando maior espaços nos debates sobre juventude, sobretudo a partir do olhar de movimentos juvenis e organizações da área social para essa questão. Nos últimos anos, a Ação Educativa tem sido provocada a aprofundar o olhar para essa questão. Isso tem ocorrido por meio do reconhecimento do genocídio da juventude negra, pauta política dos movimentos sociais negros, e da maior centralidade a esse tema na agenda institucional.

Um evento que foi determinante na articulação de vários movimentos sociais em torno da questão da violência a que jovens estão expostos na sociedade brasileira ocorreu em maio de 2006 e ficou conhecido como Crimes de Maio. Nesse episódio, 505 civis e 59 agentes do Estado foram assassinados no Estado de São Paulo nos conflitos entre agentes do Estado e a facção do crime organizado Primeiro Comando da Capital (PCC)¹. Foi mais uma demonstração de que o uso desproporcional e criminoso da força do Estado resulta na vitimização de uma ampla parcela de jovens, sobretudo negros e pobres.

Como reação ao ocorrido se deu uma intensa articulação de movimentos ligados à juventude, movimentos negros e de direitos humanos que passaram a demandar do Estado medidas que assegurassem a preservação da vida e resguardo dos direitos dos jovens mais expostos à violência. Uma das respostas foi a elaboração e implementação, por parte do governo federal, do programa Juventude Viva em 2012. Naquele mesmo ano um novo ciclo de mortes e atos violentos ocorridos na cidade de São Paulo colocaria a mortalidade da juventude negra em pauta mais uma vez².

O direito à vida segura, dimensão fundamental da experiência juvenil, historicamente se constitui em um enorme desafio à medida em que ele é sistematicamente atravessado pela violência que aflige a população brasileira como um todo e, de forma mais forte, a juventude. Não à toa, o Estatuto da Juventude (2013) incorpora o direito à segurança pública e o acesso à Justiça como um de seus eixos. De acordo com o Mapa da Violência 2015, entre 1980 e 2012, morreram no Brasil mais de 880 mil pessoas vítimas de disparo de algum tipo de arma de fogo. O crescimento do número de vítimas nesse período foi de quase 400%. As taxas indicam que a população jovem tem sido a mais afetada: entre 1980 e 2012, o aumento desse tipo de morte entre indivíduos de 15 a 29 anos foi de 463,6%. Raça, gênero e classe também influenciam nas taxas de homicídio, o que significa que homens jovens pretos ou pardos e pobres têm mais chance de morrer vitimados por armas de fogo.

¹Dados retirados do estudo de Ignácio Cano e Alberto Alvadia (2008) sobre os conflitos entre as forças policiais e o PCC em 2006.

²Estudo de Dias & Marques *et. aliae* (2015) aponta que entre maio e dezembro do ano de 2012 foram mortos 44 policiais em situações com evidências de execução. Da mesma forma, as autoras mostram que 255 civis foram mortos e 156 feridos entre abril e dezembro do mesmo ano em situações suspeitas de execução.

1.2. O Conceito de Segurança Pública e a Formulação de Políticas Públicas

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 144 estabelece a “segurança pública, [como um] dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, [sendo] exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares”. Entretanto, a constituição se limita a afirmar o que a segurança pública faz, mas não fornece uma melhor definição do conceito. Nesse sentido é importante explorar algumas referências que nortearam a realização dos grupos de diálogo e a produção deste texto.

No artigo “A gestão da vida e da segurança pública no Brasil” (2015), os pesquisadores do Fórum Brasileiro de Segurança Pública Renato Lima, Samira Bueno e Jacqueline Sinhoretto discutem a dificuldade de definir o termo “segurança pública”, uma vez que ele incorpora um conjunto de disputas teóricas e políticas. Nesse sentido, citando um artigo anterior de Costa & Lima, para os autores, “trata-se menos de um conceito teórico e mais de um campo empírico e organizacional que estrutura instituições e relações sociais em torno da forma como o Estado administra ordem e conflitos sociais” (Costa & Lima, 2014: 482).

Tulio Khan, no prefácio do livro **Das Políticas de Segurança Pública às Políticas Públicas de Segurança** (2002), amplia o conceito de segurança pública, relacionando-o não apenas ao enfrentamento da criminalidade – como boa parte da literatura o faz – mas também à experiência de sentir-se seguro. De acordo com o autor:

Em contraposição ao conceito usual de segurança pública, a questão criminal passa a ser vista como somente uma das vertentes do fenômeno da insegurança. Não se trata apenas de reduzir a criminalidade, mas também de reduzir insegurança, inclusive subjetiva, que tanto preocupa a população. Para isto, além do crime, é preciso focar também nas pequenas contravenções, nas incivildades do cotidiano, no modo como as agências governamentais ligadas à justiça e a criminalidade tratam com a população. Estar seguro é não apenas estar livre do risco de tornar-se vítima de crimes, mas também livre do medo, livre da violência gratuita, livre do risco de ser destrutado pela polícia e pela justiça. (Khan, 2002: 6)

Já Ana Silvia Serrano, no artigo “A relação entre cidadania e segurança pública: implicações para a doutrina de polícia” (2010), explicita como há uma dimensão cidadã na segurança pública que envolve a participação ativa da população. Citando Begonchea (2004), a autora entende que a “segurança pública é um processo sistêmico e otimizado que envolve um conjunto de ações públicas e comunitárias, visando a assegurar a proteção do indivíduo e da coletividade e a aplicação da justiça na punição, recuperação e tratamento dos que violam a lei, garantindo direitos e cidadania a todos” (Begonchea **apud** Serrano, 2010:111). Desse modo, a efetivação e funcionamento da segurança pública não se resume ao trabalho das forças policiais.

Essa participação do cidadão não exclui a responsabilidade da polícia e dos demais órgãos do sistema de segurança pública. Na realidade, o poder de polícia para preservação da ordem é apenas um elemento desse contexto, mas não é o preponderante. A polícia não resume em si o sistema de segurança pública e nem ataca as causas profundas da criminalidade, segundo Rodrigues (2009, p. 93). É necessário, portanto, que os cidadãos, de forma organizada, e também os demais atores do sistema complementem essa responsabilidade, participando da formulação e da execução dos programas e projetos em segurança pública (Serrano, 2010: 114)

Nesse sentido, a participação social é, portanto, um elemento constitutivo da democracia e também um elemento importante para qualificar as políticas públicas de segurança. Contudo, para que a mesma se realize é necessário a consolidação de espaços próprios dentro das institucionalidades nas esferas nacionais, estaduais e municipais.

Uma das motivações que propiciou a elaboração do projeto Segura Essa Ideia e da realização de grupos de diálogo foi a perspectiva de superar a noção de que segurança pública seja objeto de reflexão e elaboração somente de especialistas, gestores ou agentes de segurança. A intenção era saber mais sobre o que os segmentos jovens e que atuam com juventude de um bairro periférico da cidade de São Paulo pensavam a respeito da segurança pública, o que identificavam como os principais problemas relacionados a essa temática e, finalmente, que respostas eram capazes de construir para essa problemática.

Para alcançar tal objetivo, evitamos fornecer aos participantes dos grupos de diálogo uma definição pré-determinada/fechada do que seria “segurança pública” e optamos por engajar os mesmos em um debate coletivo a respeito de quais seriam as medidas necessárias para se criar um ambiente em que as pessoas se sentissem seguras.

1.3. Juventude, Segurança Pública e a Formação de uma Agenda Política

Já há tempos a juventude tem sido um foco privilegiado das políticas públicas de segurança. No entanto, as visões mais tradicionais neste campo costumam focalizar a juventude como problema social, a partir do viés do “comportamento de risco” e do seu eventual envolvimento com a criminalidade. Tais políticas têm tido um forte caráter repressivo e de controle do mundo adulto sobre a/o jovem. Deste modo, dá-se menos ênfase à dimensão do direito à vida segura articulado aos vários outros direitos, e à necessidade de políticas de caráter mais preventivo, muitas vezes resultando numa criminalização da pobreza e em formas de racismo institucional.

Embora a juventude esteja entre as principais vítimas da violência urbana e o crime violento seja uma das duas principais causas de mortalidade juvenil, ainda se discute pouco a segurança como um direito de jovens brasileiros. Mesmo nos debates mais progressistas sobre as Políticas Públicas de Juventude (PPJ), até por conta do viés negativo que orientou

o olhar do campo da segurança pública para o jovem, essa temática foi deixada em segundo plano. Por outro lado, a “Agenda Juventude Brasil: Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros” (Secretaria Nacional de Juventude, 2013) mostrou que a violência era a principal preocupação dos jovens brasileiros, sendo mencionada por 43% dos entrevistados. Esse debate passou a ganhar força nos últimos anos em duas frentes: uma mais ligada à sociedade civil e outra mais centrada nas ações governamentais.

No campo das agendas dos movimentos sociais, estão especialmente o movimento negro, os movimentos de defesa dos direitos humanos, movimentos juvenis e organizações ligadas à juventude, que identificam a juventude como vítima frequente da violência urbana e o caráter racializado do problema, focalizando, por exemplo, a violência policial. Tais questões têm sido reforçadas por indicadores e pesquisas como o Mapa da Violência, que contribuíram para ampliar as informações a respeito do problema. A edição do Mapa da Violência do ano de 2014, “Jovens no Brasil”, por exemplo, é inteira dedicada a este recorte.

Também nas três edições das Conferências Nacionais de Juventude, a sociedade civil presente e as representações juvenis deram destaque a questões ligadas à segurança, especialmente uma rejeição às propostas de redução da maioria penal e ações que resultam no encarceramento de jovens, bem como o enfrentamento da violência contra a juventude negra, prioridade máxima entre as resoluções aprovadas nas Conferências de 2008 e 2013. Foram temas também abordados nas Conferências a violência de agentes de segurança e as políticas de drogas, tendendo para proposições de legalização das drogas.

Do ponto de vista institucional a última década teve importantes avanços, entre os quais o aumento do número de órgãos públicos de juventude – incluindo a criação de uma Secretaria Nacional de Juventude em 2003 –, que culminam na promulgação, em 2013, do Estatuto da Juventude. O Estatuto demarca claramente dois aspectos que permitem olhar para as políticas de segurança pública a partir do enfoque da juventude:

a) Na Seção I, “Do Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil” o Estatuto aponta que a participação juvenil envolve “a participação individual e coletiva do jovem em ações que contemplem a defesa dos direitos da juventude ou de temas afetos aos jovens”.

b) Na Seção XI, “Do Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça”, trata da segurança como direito e enfatiza a importância da prevenção à violência que afeta jovens brasileiros, a necessidade de produção de estudos e informações nesse campo e maior acesso ao sistema de Justiça.

Ainda durante esse período de construção do Estatuto, vale destacar que a Política Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasoci) trouxe alguns elementos novos em termos de vinculação entre ações de segurança com uma concepção alinhada à promoção de direitos. Entre as ações propostas o Protejo (Proteção de Jovens em Território Vulnerável)

sinaliza esforços em constituir ações específicas com foco na juventude, mais consonantes com a visão das PPJs.

Em 2012, foi criado o Plano Juventude Viva, pela Secretaria-geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Juventude, e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. De acordo com o texto do projeto disponível no portal da Secretaria Nacional de Juventude, o Juventude Viva “reúne ações de prevenção para reduzir a vulnerabilidade de jovens negros a situações de violência física e simbólica, a partir da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia para os jovens entre 15 e 29 anos”, sendo constituído por meio de convênios da União com estados e municípios considerados prioritários³. De modo geral, ele procura reconhecer oficialmente o problema do racismo institucional, seu desdobramento na mortalidade de jovens e propor a articulação de diferentes políticas públicas, concentrando-as em determinados territórios.

O município de São Paulo assinou convênio com o Governo Federal em 2013 para trazer o Plano à cidade, definindo foco em oito subprefeituras, sendo quatro delas na zona leste: São Miguel, São Mateus, Itaquera e Itaim Paulista. Segundo a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, os territórios selecionados concentram aproximadamente 45% dos homicídios de jovens do município. Os resultados dessa política ainda são pouco conhecidos e não foram devidamente avaliados ou debatidos.

1.4. Territorialidade da Política Pública de Segurança

As dinâmicas da violência envolvem uma diversidade de fatores e ganham contornos específicos de acordo com a realidade de cada região do país e mesmo de um município. Nesse sentido é importante considerar o aspecto territorial ao pensar as políticas públicas de segurança. Essa é a direção apontada pelo antropólogo e cientista político Luiz Eduardo Soares, um dos maiores especialistas brasileiros no campo da segurança pública. De acordo com esse autor:

A qualidade de uma política depende da consistência de cada programa, cada projeto e cada ação. E essa consistência depende, por sua vez, do conhecimento de cada bairro, região da cidade, praça ou rua.

Qualquer que seja o diagnóstico local sobre a dinâmica da criminalidade, será sempre indispensável reconhecer a multiplicidade de dimensões envolvidas: desde a economia à saúde, da estrutura familiar às escolas, do cenário urbano à disponibilidade de transporte, das condições habitacionais ao acesso ao lazer, das oportunidades de emprego às relações comunitárias, do perfil psicológico predominante, em cada situação típica, ao potencial cultural presente nos movimentos musicais ou estéticos da juventude. Nada disso deve ser examinado de uma perspectiva genérica e abstrata,

³ Ver: <http://juventude.gov.br/juventudeviva>

mas de modo bem concreto, segundo as manifestações específicas do território em questão – e de seus habitantes (Soares, 2006: 96)

O foco territorial fornece elementos concretos e específicos que pautam tanto a definição dos problemas como de soluções. Do mesmo modo, a territorialização da pesquisa possibilita, posteriormente, a comparação entre diferentes áreas no que diz respeito aos achados da pesquisa.

Foi essa perspectiva que levou à escolha das subprefeituras de São Mateus e Sapopemba como áreas prioritárias de execução do projeto e realização da pesquisa – inclusive com a formação dos jovens ocorrendo no próprio território. A escolha se deu não apenas a partir de um histórico de atuação e articulação local da Ação Educativa, mas também respondendo a um conjunto de dados e indicadores que mostram que essas áreas têm sido especialmente afetadas por problemas ligados à violência urbana e, especificamente, contra a juventude que ali vive.

2 | Metodologia de Pesquisa

Os grupos de diálogo realizados foram inspirados na metodologia **Choicework Dialogue**, desenvolvida por Daniel Yankelovich, analista de opinião pública e cientista social estadunidense, com o objetivo de ir além das pesquisas de opinião tradicionais e promover um processo de reflexão e deliberação coletiva sobre assuntos que afetam o interesse público.

A noção mais tradicional de opinião pública considera a disponibilidade de informações como a base principal para a construção das opiniões das pessoas. Ocorre que a construção de posicionamentos está muito relacionada à troca de idéias, à influência da opinião de outras pessoas como familiares, amigos, vizinhos, ao contato com diferentes pontos de vista e com a oportunidade de negociá-los, tendo em vista a elaboração de um posicionamento coletivo. Os “grupos de diálogo” buscam justamente criar oportunidades para que as pessoas possam ter acesso a informações sobre um tema de interesse público, expressar os vários pontos de vista e valores que possuem a respeito do assunto e ampliar essas posições buscando uma posição mais coletiva sobre a questão colocada. Por este motivo, o diálogo é visto como um processo educativo e de deliberação pública.

A metodologia tem sido utilizada no Canadá e nos Estados Unidos abordando diferentes temáticas. Os grupos de diálogo foram utilizados pela primeira vez no Brasil em 2005, na pesquisa nacional Juventude Brasileira e Democracia, coordenada pelas ONGs Ibase e Instituto Pólis, juntamente com uma organização de pesquisa canadense que domina essa tecnologia no país (CPRN). O objetivo foi investigar as dinâmicas de participação política da juventude brasileira em oito regiões metropolitanas; em São Paulo, o trabalho foi desen-

volvido pela Ação Educativa. O contato e a utilização da metodologia apontaram seu grande potencial para discutir questões-chave e polêmicas, aliando um processo educativo de qualificação das opiniões, a um exercício de decisão coletiva.

Considerando, de um lado, a segurança pública como uma política historicamente construída com pouca ou nenhuma participação social devido ao entendimento que ela está restrita ao conhecimento de especialistas, e de outro, concebendo essa temática como muito sensível à opinião pública, pensamos que o uso da metodologia dos grupos de diálogo possibilitaria a formulação de um processo de escuta sobre o que pessoas comuns identificam como os principais problemas e possíveis soluções para esse assunto.

2.1. Os Instrumentos Metodológicos

A metodologia dos grupos de diálogo se baseia na premissa de que o diálogo é uma ferramenta central na produção de decisões e soluções frente a problemas de ordem coletiva. Nesse sentido, ele pressupõe que pessoas de diferentes perfis, idades e posicionamentos ideológicos se reúnam durante uma manhã e tarde debatendo o tema em questão. O trabalho é auxiliado por um caderno preparado especialmente para o encontro e com informações relevantes sobre o tema e com sugestões de três caminhos que podem ser tomados na resolução do problema ou encaminhamento da decisão. O objetivo é fazer com que os participantes alcancem um consenso coletivo acerca das respostas ao problema apresentado.

No caso da pesquisa “**Que Segurança Pública Queremos?**”, foram realizados oito grupos de diálogo ao longo de dois meses. A composição dos grupos teve como orientação um equilíbrio de gênero e raça. Dos oito grupos programados, cinco tiveram a participação exclusiva de jovens entre 15 e 26 anos. Os outros três grupos foram distribuídos entre profissionais (dois) e moradores (um). Essa disposição dos GDs reflete a busca de uma consulta pública sobre segurança pública nas regiões de São Mateus e Sapopemba que servisse como um espaço de escuta sobre o que a juventude moradora dessas regiões pensa e vivencia em relação a esse tema e quais seriam soluções apontadas para essa problemática.

Os grupos de diálogo ocorreram sempre no período das 8h às 17h, divididos num momento de construção do diagnóstico do problema e outro momento de construção de respostas para o mesmo. Na parte da manhã, os participantes recebiam informações sobre o tema e objetivos do encontro. Após fazerem uma rodada de apresentações, assistiam ao vídeo “Queremos ver os jovens vivos – infográficos”, da Anistia Internacional, que introduzia a temática proposta para o encontro por meio da apresentação de dados sobre as taxas de homicídios de jovens no Brasil. Na sequência, os participantes eram divididos em subgrupos para a leitura da primeira parte do caderno de diálogo, que contextualizava a questão a ser discutida de forma mais aprofundada, apresentando dados e vinculando o problema à realidade local do participante.

Após a leitura do material dava-se início à primeira etapa do diálogo, orientada pela pergunta: **qual é o maior problema de segurança pública nas regiões de São Mateus e Sapopemba?** Cada subgrupo foi acompanhado por dois jovens da equipe do projeto, que cumpriam duas funções: a) mediação do diálogo, organizando e estimulando o debate através de perguntas, esclarecendo dúvidas sobre o material e evitando o monopólio da fala por parte de algum participante; b) relatoria dos subgrupos, anotando tudo que fosse possível da fala dos participantes.

Após o término do diálogo os subgrupos se reuniam em plenária para apresentar o resultado do debate. Após a apresentação de todos, dava-se início à decisão de quais problemas seriam mais estruturantes e de como hierarquizá-los. Com a obtenção de um consenso, era encerrada essa primeira parte do encontro.

Ao retomar os trabalhos na parte da tarde, era dado um tempo para a leitura do restante do material contido no caderno de diálogo. Nessa parte do encontro, as/os participantes deveriam responder em grupo a seguinte questão: **considerando o maior problema de segurança pública nas regiões de São Mateus e Sapopemba, qual o melhor caminho para resolvê-lo e promover um ambiente mais seguro?** O material explicitava os três caminhos que poderiam ser tomados para resolver o problema com uma pequena contextualização dos mesmos, as medidas que poderiam ser tomadas em cada um deles e as implicações positivas e negativas em adotar aquele caminho. Havia instruções também de que os participantes poderiam escolher um dos três caminhos, rejeitar os três e/ou ainda elaborar um ou mais caminhos alternativos.

Após dialogarem em grupo, os participantes eram convidados a apresentar à plenária as soluções que haviam elaborado. Ao final das apresentações, seguia-se um debate no qual buscava-se um consenso a respeito de qual caminho seria o mais adequado. Depois da plenária final, era feita uma pequena dinâmica para avaliar qual tinha sido o impacto dos diálogos para os participantes. O encontro terminava com um agradecimento institucional, relembrando aos participantes os objetivos da consulta pública.

3| Perfil dos participantes

Na tabela a seguir é possível ver como se deu a distribuição dos oito grupos de diálogo entre os meses de junho e julho de 2016, além dos espaços onde os mesmos foram realizados, perfil e número de participantes.

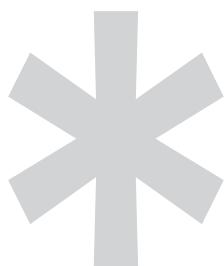


Tabela 1 – Distribuição por data, local, perfil e número dos participantes dos GDs

Data	Local	Perfil	Número de participantes	%
10/6/2016	Escola Sapopemba	Jovens de escola	24	13%
15/6/2016	Escola Sapopemba	Jovens de escola	33	18%
20/6/2016	Serviço de Assistência Social	Profissionais	19	17%
27/6/2016	Centro de Juventude	Jovens	30	14%
29/6/2016	CEU Sapopemba	Jovens	25	14%
2/7/2016	CEU Sapopemba	Moradores	16	11%
4/7/2016	Centro de Juventude	Jovens	25	4%
5/7/2016	Serviço de Medida	Profissionais	8	9%

Considerando os objetivos da consulta, deu-se prioridade à participação de um maior número de jovens nos grupos de diálogos. Ao todo foram cinco grupos específicos para a juventude, dois deles exclusivamente com estudantes do ensino médio de uma escola da região de Sapopemba. Nesses grupos, a idade dos participantes variou entre 14 e 18 anos. Outros dois grupos de jovens foram realizados com frequentadores de dois centros para a juventude de São Mateus e Sapopemba – que funcionam por meio de convênios com o município, como parte da política de assistência social. Neles houve uma variação maior de idade, contando com jovens de 15 a 21 anos. Por fim, foi realizado um grupo de diálogo com jovens participantes de coletivos culturais, movimentos sociais, jovens cumprindo medida socioeducativa e do campo de relações das/os jovens que foram formados/as pelo projeto, também com idades entre 15 e 21 anos.

Foram realizados dois encontros exclusivamente com profissionais. O primeiro com um serviço municipal de assistência social atuante na região de São Mateus, ao qual compareceram 19 pessoas entre assistentes sociais, advogados, psicólogos, educadores, auxiliares administrativos, motoristas, porteiros e outros funcionários. O segundo grupo de profissionais foi realizado em uma entidade que auxilia jovens em situação de vulnerabilidade e nele havia profissionais com formações diversas como psicólogos, assistentes sociais, sociólogos e educadores. Por fim, foi realizado um grupo de moradores no qual se priorizou indivíduos residentes na região e com mais de 30 anos.

Tabela 2 – Distribuição por data, local, perfil e número dos participantes dos GDs

Grupo de Diálogo	Mulheres	Mulheres (em %)	Homens	Homens (em %)	Total
Jovens - Escola Sapopemba 1	18	75%	6	25%	24
Jovens - Escola Sapopemba 2	24	72,7%	9	27,3%	33
Jovens - Centro de Juventude 1	13	43,3%	17	56,7%	30

Grupo de Diálogo	Mulheres	Mulheres (em %)	Homens	Homens (em %)	Total
Jovens - CEU Sapopemba	12	48%	13	52%	25
Jovens - Centro de Juventude 2	11	44%	14	56%	25
Profissionais - Serviço de Assistência Social	14	73,7%	5	26,3%	19
Profissionais - Serviço de Medida	5	62,5%	3	37,5%	8

Tabela 3| Distribuição por sexo a partir das categorias dos GDs

Grupos de Diálogo	Mulheres	Homens	Total	%
Jovens	78	59	137	76%
Profissionais	19	8	27	15%
Moradores	10	6	16	9%
Total	107	73	180	100%

Na tabela 2 é possível ver o perfil do público participantes dos GDs a partir da categoria sexo. No geral, houve uma maior presença feminina, principalmente devido à concentração de mulheres nos dois GDs realizados na escola municipal e em um GD de profissionais.

4| Resultados dos Grupos de Diálogo

Primeiro momento: Diagnóstico do problema na região

Na parte da manhã do encontro, era realizado o diálogo tendo como elemento disparador da discussão a exibição do vídeo da Anistia Internacional, seguida da leitura da introdução do caderno de diálogo que contextualiza a problemática da segurança pública no Brasil e sugere a reflexão através da pergunta orientadora do diálogo: “qual é o maior problema de segurança pública nas regiões de São Mateus e Sapopemba?”.

Após o diálogo, os grupos se reuniam em uma plenária geral para apresentar os resultados do diálogo, em resposta à pergunta orientadora. Na tabela 4 é possível identificar as questões gerais levantadas pelos grupos nessa parte.

Tabela 4 - Plenária da primeira etapa

Grupo de Diálogo	Qual é o maior problema da segurança pública em São Mateus e Sapopemba? (Consenso plenária – 1 etapa geral)
Jovens - Escola Sapopemba 1	<ul style="list-style-type: none"> - Crime organizado, tráfico de drogas e disputa entre facções ou em relação à polícia. - Violência policial, abuso e violação de direitos em abordagens, corrupção policial e racismo e homofobia vigente na polícia. - Aumento das ocorrências e constante medo de roubos e assaltos. - Medo de estupro por parte das meninas. - Violência doméstica contra as mulheres. - Assédio em relação as mulheres e machismo. - Homicídios. - Homofobia. - Infraestrutura precária no bairro (iluminação, transporte e ausência de delegacias). - Falta de cultura e ausência de equipamentos de lazer. - Escola como espaço de reprodução de preconceitos (raça, gênero e sexual) e ausência de estrutura no âmbito escolar. - Necessidade de regulação dos bailes funk por local, horário e controle de uso excessivo de força da polícia.
Jovens - Escola Sapopemba 2	<ul style="list-style-type: none"> - Assaltos e roubos (carros, celular e saída de banco). - Assédio contra mulheres e estupros. - Violência doméstica contra mulheres, crianças e idosos. - Falta de infraestrutura e segurança nos espaços de lazer e cultura, falta de iluminação em várias áreas, o que aumenta sensação de insegurança. - Polícia corrupta, ausência de policiamento, abordagem agressiva, demora no atendimento de chamadas, abuso de poder policial nas abordagens cotidianas e incursões nos bailes funk. - Escola como local de reprodução de homofobia, bullying e racismo. - Existência de preconceito e racismo contra negros e grupos LGBT. - Consumo excessivo de drogas. - Saúde de má qualidade. - Desigualdade social via exclusão de oportunidade de emprego.
Jovens - Centro de Juventude 1	<ul style="list-style-type: none"> - Discriminação, preconceito, racismo e violência nas escolas. - Ocorrência de assaltos e roubos. - Violência contra a mulher configurada em assédio sexual e estupros. - Problemas de infraestrutura da região: falta de asfalto, iluminação, abandono das praças e moradia precária como fatores geradores de insegurança. - Existência do tráfico de drogas e acesso fácil a drogas (lícitas e ilícitas) por parte de jovens. - Falta de policiamento e ineficiência da polícia. - Violência policial e discriminação na abordagem policial em relação a negros e “funkeiros”, abuso do poder da polícia. - Ausência de pontos culturais e espaços de lazer - praças e quadras - além de um lugar específico para ocorrência do baile funk. - Falta de regulamentação dos bailes funk, o que leva a violência dos policiais em suas incursões nesse espaço. - Ocorrência de homicídios. - Problemas nos serviços de saúde oferecidos a população como falta de médicos e mau atendimento.

Grupo de Diálogo	Qual é o maior problema da segurança pública em São Mateus e Sapopemba? (Consenso plenária – 1 etapa geral)
Jovens – Centro de Juventude 2	<ul style="list-style-type: none"> - Problemas nos serviços de saúde, falta de alimentos em hospitais. - Falta de policiamento no bairro, violência policial, existência de policiais corruptos e opressão policial. - Preconceito racial, racismo, bullying e homofobia. - Problemas com a ocorrência dos bailes funk. - Ocorrência de roubos. - Existência de tráfico de drogas e consumo de drogas. - Ausência de espaço de lazer. - Falta de infraestrutura principalmente iluminação. - Ocorrência de violência doméstica, assédio sexual e estupro contra mulheres. - Ocorrência de homicídios.
Jovens - CEU Sapopemba	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de infraestrutura: pouca iluminação e falta de asfalto produzindo lugares malcuidados e mal iluminados. - Roubos e assaltos. - Consumo abusivo de drogas, inclusive nas escolas. - Violência doméstica e violência contra a mulher. - Assédio em relação às mulheres. - Ocorrência de estupros e medo generalizado de sofrê-lo por parte das mulheres. - Escolas como espaço de reprodução de racismo e homofobia. - Existência de biqueiras controladas pelo tráfico e disputa com a polícia. - Baile funk sem regras, o que leva a intervenção policial violenta. - Falta de espaços de lazer (espaço para ocorrência do baile funk, quadras esportivas) e de cultura. - Corrupção policial e abuso de poder por parte da polícia, abordagens violentas baseadas no estilo de roupa e pertencimento racial (negro), ausência de policiamento em áreas e horários problemáticos.
Profissionais - Serviço de Assistência Social	<ul style="list-style-type: none"> - Assaltos e crimes patrimoniais como roubos, furtos e latrocínios. - Racismo, preconceito e discriminação racial bastante presente nas relações entre as pessoas. - Ausência de espaços de lazer e cultura. - Violência contra a mulher e machismo prevalecente nas relações. - Violência policial da PM conjuntamente à falta de policiamento, corrupção policial e abordagens violentas policiais baseadas em estereótipos baseados na vestimenta da juventude. - Escola violenta que permite "Top 10"⁴ e automutilação de estudantes quando deveria ser um espaço de diálogo. - Tráfico e criminalização das drogas, além do uso abusivo de álcool e outras substâncias. - Criminalização do baile funk, que ocorre na rua por falta de espaços regulados. - Falta de infraestrutura nos bairros principalmente no quesito iluminação. - Violência doméstica, naturalização da violência e negligência com idosos. - Desemprego que aflige mais os jovens.
Moradores – CEU Sapopemba	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de infraestrutura que leva à sensação de insegurança.

⁴ Top 10 são rankings feitos por estudantes, normalmente compartilhados por aplicativos de celular, que lista jovens mulheres consideradas "vagabundas", muitas vezes com o compartilhamento de fotos e vídeos íntimos e montagens.

Grupo de Diálogo	Qual é o maior problema da segurança pública em São Mateus e Sapopemba? (Consenso plenária – 1 etapa geral)
	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de tráfico em vários pontos dos bairros e consumo de drogas nos bailes funk. - Falta de policiamento e ocorrências de corrupção policial. - Violência doméstica e assédio contra a mulher. - Problemas no serviço de saúde como falta de médicos e mal atendimento. - Falta de acesso a informação, cultura e lazer. - Ocorrência de roubos e assaltos. - Ocorrência de homicídios. - Problemas na realização do baile funk.
Profissionais – Serviço de medida	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de violência policial. - Falta de políticas públicas na região. - Educação sucateada e existência de escolas ditatoriais. - Existência de um machismo muito forte. - Ocorrência de violência doméstica. - Existência de racismo. - Falta de espaços de lazer e cultura e espaços culturais públicos onde possa ocorrer a construção de empoderamento dos jovens. - Existência de uma cultura de violência. - Ocorrência de furtos. - Contexto que leva o jovem a cometer ato infracional: sensação de desproteção, desigualdade social, preconceito, estereótipos institucionais e influência de organização criminal (PCC).

Após a apresentação de todos os grupos, ocorria um debate coletivo visando deliberar, consensualmente, qual seria o problema prioritário de segurança pública na região. Na metodologia original dos grupos de diálogo, ocorre a escolha de apenas um problema, temática ou ideia principal nessa primeira parte da atividade. Contudo, devido à complexidade da problemática de segurança pública, optamos por abrir eixos de problemas levantados pelos grupos, hierarquizando os mesmos por grau de importância ou impacto no cotidiano dos jovens, moradores e profissionais. Na tabela 5, é possível identificar os consensos/sínteses de problemas.

Tabela 5 - Plenária da primeira etapa consenso/síntese (aspectos mais recorrentes)

Grupo de Diálogo	Qual é o maior problema da segurança pública em São Mateus e Sapopemba? (Consenso plenária – 1 etapa síntese)
Jovens – Escola Sapopemba 1	<ol style="list-style-type: none"> 1 – Violência doméstica. 2 – Homicídios. 3 – Estupros. 4 – Roubos e assaltos.
Jovens – Escola Sapopemba 2	<ol style="list-style-type: none"> 1 – Relações entre polícia e crime organizado. 2 – Roubos e estupros. 3 – Machismo.

Grupo de Diálogo	Qual é o maior problema da segurança pública em São Mateus e Sapopemba? (Consenso plenária – 1 etapa síntese)
Jovens - Centro de Juventude	1 – Roubos e assaltos. 2 – Drogas e tráfico (acesso fácil a drogas e consumo). 3 – Polícia (abordagem truculenta, falta de policiamento e presença de forma truculenta no baile funk). 4- Violência contra a mulher (assédio, estupro e violência doméstica). 5 - Falta de infraestrutura.
Jovens - Centro de Juventude	1 – Violência policial. 2 – Violência contra as mulheres. 3 – Racismo e homofobia. 4 – Falta de infraestrutura.
Jovens - CEU Sapopemba	1 – Roubos e assaltos. 2 – Drogas e tráfico. 3 – Corrupção e violência policial. 4 – Violência contra a mulher. 5 – Falta de infraestrutura.
Profissionais – Serviço de Assistência Social	1 – Roubos e assaltos. 2 – Violência policial: homicídios e abuso de poder. 3 – Violência contra a mulher: estupro, assédio, violência doméstica e feminicídio. 4 – Drogas: relação usuários/traficantes; tráfico (não visto como um problema em si, mas resultado de outras). 5 - Crime organizado: atuação do mesmo na regulação do território.
Profissionais – Serviço de medida	1 – Falta de infraestrutura articulada a uma demarcação/discriminação racial, social e de gênero. 2 – Ciclo de violência articulado ao fator citado acima conjuntamente a “uma lógica machista de consumo”. 3 – Machismo como elemento estruturante nos conflitos. 4 - Polícia: a presença da mesma não contempla a solução dos problemas e, quando ocorre, isso se dá de maneira trágica (abuso de poder, excesso de força e uso da arma, geração da violência que ocasiona homicídios).
Moradores – CEU Sapopemba	1 – Falta de infraestrutura. 2 – Drogas. 3 – Violência de gênero. 4 – Homicídios. 5 – Roubos. 6 – Atuação da polícia.

Seguindo a discussão de todos os GDs, o que desponta como os principais de segurança pública nas regiões de São Mateus e Sapopemba são: **violência de gênero, relações entre polícia e crime organizado, roubos e assaltos e violência policial nos cinco grupos de jovens; roubos e assaltos e falta de estrutura articulada a discriminação racial, social e de gênero**, são os problemas eleitos pelos grupos de profissionais e, por fim, falta de infraestrutura é o maior problema de segurança pública na região para o grupo de moradores. Na tabela 6, podemos ver os problemas hierarquizados:

Tabela 6 – Principais problemas de segurança pública em São Mateus e Sapopemba

Principais problemas de segurança pública na região	Síntese
1º	Roubos, furtos e assaltos
2º	Atuação da polícia no território
3º	Violência contra a mulher
4º	Problemas de infraestrutura
5º	Drogas e tráfico

É interessante notar que os cinco eixos acima listados estão refletidos nos levantamentos realizados por praticamente todos os grupos, com pequenas variações na maneira de apresentação dos mesmos. Isso fica evidenciado nas anotações realizadas pelos mediadores e listadas nas tabelas 4 e 5.

Roubos, furtos e assaltos⁵ são listados como problemas em seis dos oitos GDs. Há menções sobre a frequência dos assaltos tanto em Sapopemba como em São Mateus. No caso da escola, os dois GDs mencionaram casos frequentes no entorno do equipamento. Em alguns GDs, foi dito que há uma preferência pela abordagem de mulheres. Itens roubados seriam dinheiro, peças de roupa e celulares. Essas situações estiveram bastante relacionadas com a existência de locais mais ermos e com pouca iluminação, sendo a questão de infraestrutura um determinante para o agravamento do problema. O horário mais citado foi o período da manhã, bem cedo. Também foi frequente o entendimento que os sujeitos que realizam roubos seriam geralmente homens jovens que não vivem no bairro. Há uma percepção que caso o crime fosse cometido por morador, haveria a possibilidade maior dele sofrer uma represália pelos “irmãos” (pessoas ligadas ao crime no bairro).

Infraestrutura, mais especificamente a ausência dela, aparece listada em quatro GDs. São citadas com frequência a falta de iluminação e a existência de ruelas e vias de pouca visibilidade. Também foram lembrados problemas de moradia, saneamento, localização e estrutura dos pontos de ônibus, existência de terrenos baldios e abandonados. Algumas vezes o sentido de infraestrutura é ampliado e envolve a oferta escassa e deficiente de políticas públicas, como a falta de equipamentos públicos de cultura e esportes e a estrutura física do espaço escolar – sendo uma das questões o caráter prisional das escolas.

A atuação da polícia no território também é vista como problema prioritário por sete dos oito grupos. Há duas reclamações centrais: a) o abuso de autoridade e ação violenta, abordagens truculentas e preconceituosas; b) a relação ilícita com o crime organizado, marcada pela omissão em relação ao tráfico de drogas. Há uma variedade de situações mencionadas, como agressões a mulheres, intimidação de crianças, discriminação de jovens negros, perseguição sistemática a adolescentes que cometeram atos infracionais e assédio a mulheres, especialmente jovens. Em dois grupos se falou sobre a presença de policiais à paisana dentro dos bairros⁶.

⁵ Segundo estudo do Instituto Sou da Paz, “Boletim Sou da Paz Analisa” (2016A), a região de São Mateus (em especial) e Sapopemba concentrou distritos policiais com um alto número de roubos nos anos de 2015 e 2016.

A violência que tem como alvo a mulher foi citada em todos os grupos nas suas mais diversas formas, tais como: violência doméstica ou de gênero, estupro, machismo e assédio sexual. O problema da violência doméstica foi mencionado como agressões físicas de vizinhos ou dentro da própria casa, geralmente por pais e padrastos. As situações de estupro foram relatadas por meio de casos emblemáticos, inclusive noticiados na mídia, mas eram vistos como frequentes – vale dizer que esse era um medo muito presente na experiência das jovens mulheres ouvidas⁷.

O assédio na rua foi considerado por todos os grupos, especialmente pelas jovens mulheres, como uma vivência muito frequente e incômoda – sendo as vias públicas os locais onde eles se tornavam mais comuns. Alguns jovens também apontaram que assediar uma menina poderia ser uma expectativa para um menino provar para seus pares a sua heterossexualidade. Ainda foi apontada uma relação entre o espaço utilizado para o tráfico de drogas e o aumento da insegurança para as mulheres, uma vez que os usuários de drogas que frequentam esses espaços assediariam as mulheres e cometeriam delitos como roubos. Outro contexto que possibilitaria o assédio seria nos locais carentes de infraestrutura como iluminação, o que aumentaria deveras a sensação de insegurança das mulheres.

Um aspecto que chama a atenção é que a insegurança na região faria com que familiares exercessem grande controle sobre as jovens, determinando horários de chegada em casa e, em alguns casos, resultando em proibições ou grande restrição à circulação destas. Jovens mulheres se queixaram de ter menos oportunidades de convívio e acesso a espaços público e privados do bairro, especialmente ligados ao lazer e no período noturno por conta dessas proibições – frequentemente eles e elas não manifestaram discordância da medida. Em alguns momentos, o tema priorizado foi apresentado de forma mais ampla, como violência de gênero. Nesses casos também foram considerados aspectos como a orientação sexual e a homofobia foi apontada como recorrente em espaços escolares. Frequentemente a temática esteve vinculada ao tema do racismo, também bastante citado como um problema nas escolas da região – geralmente entre jovens estudantes, mas ocasionalmente apareceu também em relação às equipes escolares.

A presença do tráfico de drogas foi entendida como problema prioritário em quatro GDs. Nesse caso, há menção da forte presença das chamadas “biqueiras”, pontos de venda de drogas, que estariam presentes em quase todos os bairros, se não na rua de moradia dos/as participantes ou em uma rua muito próxima – em alguns grupos foi feita uma enquete, com uma parte muito significativa dos/as jovens apontando a existência de biqueiras ao

⁶ O “Boletim Sou da Paz Analisa” (Sou da Paz, 2016a) mostra também que a região de Sapopemba e São Mateus concentram distritos policiais com alta incidência de “mortes por intervenção policial” no ano de 2015. Em 2016, assim como 2015, o 49º distrito, localizado em São Mateus contabilizou um dos maiores números de casos da cidade.

⁷ Segundo levantamento do Instituto Sou da Paz, o primeiro semestre de 2015 teve aumento de 2% dos casos de estupro na capital. Em 2014 1055 mulheres foram estupradas, contra 1034 no mesmo período de 2015. No entanto em relação aos anos de 2013 e 2014 se percebe uma queda da ocorrência de estupros na cidade. Sapopemba e São Mateus não figuram entre as áreas dos 10 distritos policiais com mais casos nos últimos dois anos (Sou da Paz, 2016b: 48).

redor de suas casas. Os GDs apontam que tais pontos utilizariam a força de trabalho de meninos da região, sendo bastante frequente a participação de adolescentes com idades entre 11 e 14 anos. Também foi dito que o uso de drogas seria bastante comum nesses locais, sendo muito citadas a maconha e a cocaína. Um grupo apontou que o uso de lança-perfume nos “fluxos” (maneira como os bailes funk em áreas abertas são chamados) teria ocasionado mortes de jovens. O crime organizado estaria muito ligado aos pontos de venda e algumas das suas gerências locais eram conhecidos como “irmãos”, exercendo liderança e mediando conflitos diversos envolvendo moradores.

Segundo momento: Construção de respostas

Durante o período da tarde os/as participantes foram convidados a se reunir novamente em subgrupos, fazendo a leitura da segunda parte do material, onde são apresentados três possíveis caminhos de resolução dos problemas levantados. O primeiro caminho tem como foco medidas repressivas e de endurecimento das punições; o segundo aponta para reformas na estrutura das polícias e da Justiça; por fim, há um caminho que reúne ações de diminuição das desigualdades.

A orientação era de que construísem consensos nos subgrupos a respeito das respostas e que, para tanto, poderiam incorporar os diferentes caminhos e medidas, alterá-los ou até fazer novas proposições não existentes no caderno. Para isso tiveram cerca de duas horas de conversa, antes de retornar ao coletivo e relatar os resultados iniciais.

Tabela 7 - Plenária da segunda etapa (soluções gerais levantadas)

Grupo de Diálogo	Qual é o melhor caminho para resolver o problema da segurança pública em São Mateus e Sapopemba e promover um ambiente mais seguro? (Soluções – 2ª etapa geral)
Jovens – Escola Sapopemba 1	<p>Caminho 1</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aumento das penas para crimes violentos. - Fim do direito ao cumprimento de penas em regime aberto e semiaberto para crimes violentos. - Penas mais severas para violência de gênero e orientação sexual. - Aumento das penas para crimes contra a vida. - Redução da maioridade penal. - Fim dos benefícios para condenados por crimes violentos. <p>Caminho 2</p> <ul style="list-style-type: none"> - Quem investiga a polícia não pode ser a própria polícia. - Maior rapidez e eficiência nas investigações. - Criar penas alternativas. - Descriminalização das drogas. - Desmilitarização da PM, unificação com polícia civil, formação com ênfase nos direitos humanos, cidadania e valorização da vida. - Supervisão do trabalho da polícia. - Estabelecer penas alternativas que diminuam a situação carcerária e capacitem os presidiários para inserção na sociedade. - Reforma policial.

Grupo de Diálogo	Qual é o melhor caminho para resolver o problema da segurança pública em São Mateus e Sapopemba e promover um ambiente mais seguro? (Soluções – 2ª etapa geral)
Jovens – Escola Sapopemba 1	<p>Caminho 1</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aumento das penas para crimes violentos. - Fim do direito ao cumprimento de penas em regime aberto e semiaberto para crimes violentos. - Penas mais severas para violência de gênero e orientação sexual. - Aumento das penas para crimes contra a vida. - Redução da maioridade penal. - Fim dos benefícios para condenados por crimes violentos. <p>Caminho 2</p> <ul style="list-style-type: none"> - Quem investiga a polícia não pode ser a própria polícia. - Maior rapidez e eficiência nas investigações. - Criar penas alternativas. - Descriminalização das drogas. - Desmilitarização da PM, unificação com polícia civil, formação com ênfase nos direitos humanos, cidadania e valorização da vida. - Supervisão do trabalho da polícia. - Estabelecer penas alternativas que diminuam a situação carcerária e capacitem os presidiários para inserção na sociedade. - Reforma policial. - Uma polícia que visa os direitos humanos, que aborda de uma maneira menos repressiva. - Acabar com a corrupção. - Melhor formação dos policiais e maior rapidez e eficiência nas investigações. - Estabelecimento de penas alternativas. - Retirar o caráter de guerra e retirar o abuso de autoridade da PM. - Descriminalização das drogas. - Maior rapidez e eficiência nas investigações e esclarecimento de crimes. <p>Caminho 3</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação de políticas públicas. - Estimular participação dos jovens em associações. - Melhorar a educação e a forma de trabalho. - Centros culturais (bailes). - Combate ao racismo, ao machismo e a homofobia por meio de programas que visem desconstruir essas práticas. - Protagonismo juvenil em associações, partidos políticos ou grupos culturais locais. - Conscientização do ser humano (propostas de discussões de gênero nas escolas). - Criação de novas políticas públicas. - Investimento (urbanização, iluminação, etc.). - Estímulo a inserção cultural (hip-hop, teatro, etc.). - Aplicação da temática da segurança pública (ser discutido em escolas). - Desconstruir uma "cultura de violência" utilizando a cultura, da educação, da saúde e do lazer. - Políticas públicas que visem a diminuição das desigualdades. - Investimento em infraestrutura. - Educação que vise o respeito às diferenças. - Estímulo a inserção, principalmente de jovens, em associações, partidos políticos ou grupos locais.

Grupo de Diálogo	Qual é o melhor caminho para resolver o problema da segurança pública em São Mateus e Sapopemba e promover um ambiente mais seguro? (Soluções – 2ª etapa geral)
Jovens – Escola Sapopemba 2	<p>Caminho 1</p> <ul style="list-style-type: none"> - Revisão do regime de progresso penal para quem comete crimes violentos. - Redução da maioridade (penal). - Aumento de pena para crimes violentos. - Fim dos benefícios. - Prisão perpétua. - Aumento das penas os criminosos que voltarem a cometer crimes. - Penas mais severas para crimes mais violentos. - No caso de crimes graves, penas mais duras e regime fechado. <p>* O caminho 1 só aconteceria caso o caminho 2 estivesse ativo (policiais nas ruas).</p> <p>Caminho 2</p> <ul style="list-style-type: none"> - Maior rapidez e eficiência nas investigações. - Mais policiamento. - Outra organização para investigar os policiais corruptos. - Policiais mais preparados e mais armados. - Instituição para o tratamento de usuário de drogas e descriminalização. - Uma mudança nas polícias militares com mais direitos humanos e valorização da vida. - Deixar de ser visto as drogas como crime e sim um tratamento da saúde pública. - Maior rapidez e eficiência das polícias. - Desmilitarização (humanização no trato, respeito aos direitos humanos). - Policiais devem ser investigados e julgados de forma mais independente. - Desmilitarização da PM. - Descriminalização das drogas. <p>Caminho 3</p> <ul style="list-style-type: none"> - Diminuição das desigualdades. - Investimento em infraestrutura. - Combate aos preconceitos. - Estímulo a inserção na política - Pontos culturais. - Palestras nas escolas. - Mais grupos de diálogo, saraus e intervenções - Novas políticas públicas (para a periferia, “lazer”). - Investimento na iluminação, saúde e etc. - Mais palestras e locais culturais (diminuição da violência) para diminuir o preconceito, machismo, homofobia etc. - Melhores oportunidades de educação e acesso ao trabalho
Jovens – Centro de Juventude 1	<p>Caminho 1</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pena de morte. - Penas mais severas para crimes como tráfico, assalto, roubos e assédio sexual. - Revisão do regime de progressão da pena para quem cometeu crimes violentos. - Aumento das penas para criminosos violentos que voltaram a cometer crimes (penas mais rigorosas/mas com o acompanhamento de profissionais em relação aos detentos). - Fim do “perdão” da pena por estudo ou trabalho aos condenados por crimes violentos.

Grupo de Diálogo	Qual é o melhor caminho para resolver o problema da segurança pública em São Mateus e Sapopemba e promover um ambiente mais seguro? (Soluções – 2ª etapa geral)
Jovens - Centro de Juventude 1	<p>- Leis mais severas para crimes hediondos/violentos (estupros/latrocínios/homicídios).</p> <p>Caminho 2</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reforma da polícia. - Penas alternativas. - Mais policiamento. - Desmilitarização da polícia militar. - Mais polícia nas ruas. - Supervisão do trabalho conduzido pela polícia por parte da ouvidoria. - Estabelecimento de penas alternativas. - Maior rapidez e eficiência nas investigações e esclarecimento de crimes. - Polícia mais humana/polícia que age com ênfase nos direitos humanos e menos truculenta. - Legalização da maconha. - Reforma da justiça e das leis. - Aprimorar Lei Maria da Penha. <p>Caminho 3</p> <ul style="list-style-type: none"> - Mais iluminação. - Mais palestra sobre preconceitos. - Mais pontos de cultura. - Locais próprios para bailes funk. - Melhor distribuição de renda, diminuir a violência, acabar com as drogas nas escolas, investir na educação, combate ao racismo, mais respeito com as pessoas, iluminação nas ruas. - Maior investimento em infraestrutura. - Combate ao preconceito (está em vários lugares, na escola é mais focado no diferente, investimento em educação). - Estímulo a inserção, principalmente de jovens, em atividades culturais, políticas e associativismo no sentido de evitar que eles se envolvam com o tráfico e o crime. - Melhorias na cidade através de investimento em infraestrutura. - Melhor distribuição de renda.
Jovens - Centro de Juventude 2	<p>Caminho 1</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pena de morte para casos de estupro e abuso da mulher. - Fim do "perdão" (regime aberto e semiaberto) para crimes graves contra a vida (estupro, latrocínio, homicídio). <p>Caminho 2</p> <ul style="list-style-type: none"> - Uma nova formação da polícia; polícia mais humana, um tratamento mais humano, melhorar o comportamento da polícia. - Legalização da maconha apenas para uso medicinal. - Penas alternativas para crimes leves (furtos). - Desmilitarização (uma polícia menos robô, uma polícia que me entenda, uma polícia mais humana que não mate/ supervisão do trabalho das polícias, polícia deveria ter o mesmo tipo de tratamento que os civis (fim da justiça militar), polícia não deve ser julgada pela própria polícia. - O usuário de drogas deve ser tratado como doente, ter o poder de escolha entre ser tratado ou não. - Estabelecimento de penas alternativas para crimes leves (pichação, dano ao patrimônio, furto, etc.).

Grupo de Diálogo	Qual é o melhor caminho para resolver o problema da segurança pública em São Mateus e Sapopemba e promover um ambiente mais seguro? (Soluções – 2ª etapa geral)
Jovens - Centro de Juventude 2	<ul style="list-style-type: none"> - Desmilitarização e unificação das polícias. - Reforma da polícia. <p>Caminho 3</p> <ul style="list-style-type: none"> - Programas de palestras que visem desconstruir violência contra a mulher, machismo e homofobia. - Investimento em iluminação.
Jovens - CEU Sapopemba	<p>Caminho 1</p> <ul style="list-style-type: none"> - Redução da maioridade penal. - Fim do “perdão” para progressão das penas. - Leis mais severas, possibilidade de pena de morte para crimes violentos como estupro. - Aumento do tempo de internação para jovens. - Penas mais severas nos crimes contra a vida. - Fim dos benefícios para presos que cometem crimes graves. <p>Caminho 2</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desmilitarização, controle e supervisão do trabalho dos policiais. - Maior rapidez e eficiência nas investigações - Legalização das drogas. - Mais policiamento e policiamento comunitário/ policiais mais preparados (fisicamente e psicologicamente) / uma polícia mais humana/ desmilitarização. - Tratar as drogas como questão de saúde pública/ campanhas sobre drogas. - Desmilitarização e unificação das polícias - Maior rapidez e eficiência da polícia nas investigações e do judiciário no julgamento dos crimes. - Legalização da maconha/ outras drogas seriam descriminalizadas, mas não legalizadas. <p>Caminho 3</p> <ul style="list-style-type: none"> - Políticas públicas, investimento em infraestrutura, mais cultura, educação, lazer, esportes. - Combate ao machismo. - Investimento, iluminação e em educação. - Mais oportunidade de emprego e formação. - Melhora e gratuidade dos transportes públicos no combate à violência contra a mulher e melhora na infraestrutura. - Mais lazer. - Campanhas/palestras sobre machismo e homofobia. - Melhoria de infraestrutura. - Criação de novas políticas públicas que diminuam as desigualdades. - Investimento em infraestrutura fornece benefícios aos que não têm tantas oportunidades (boa escola, áreas de lazer, cultura, etc.) - Combate aos preconceitos (educação, grupos de diálogo). - Áreas de lazer (ter mais saraus, hip-hop, funk, teatro, etc.) no sentido de tirar as pessoas da rua e colocarem as mesmas em espaços de lazer formadores/ discussão do funk e do seu aspecto de ostentação/ crítica à ideia do funk como ostentação.

Grupo de Diálogo	Qual é o melhor caminho para resolver o problema da segurança pública em São Mateus e Sapopemba e promover um ambiente mais seguro? (Soluções – 2ª etapa geral)
Profissionais – Serviço de assistência social	<p>Caminho 1</p> <ul style="list-style-type: none"> - Penas mais severas para crimes ligados a corrupção e hediondos. - Acréscimo “progressão diferenciada”. - Penas mais severas para crimes como feminicídio. - Reforma da lei de execução penal. <p>Caminho 2</p> <ul style="list-style-type: none"> - Legalização das drogas. - Reforma da polícia (polícia mais humana). - Estabelecimento de penas alternativas. - Tratamento igualitário pela polícia - Descriminalização das drogas e tratamento da dependência como saúde pública. - Desmilitarização da polícia militar. - Drogas são uma questão de saúde pública: descriminalização. - Profissionalização das polícias. - Políticas públicas para egressos. - Polícia mais humana. - Justiça mais rápida <p>Caminho 3</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acabar com as desigualdades sociais. - Combate ao racismo, machismo e homofobia. - Formação de profissionais em direitos humanos. - Investimento em infraestrutura nos bairros, equipamentos públicos em geral. - Educação com ênfase nos direitos humanos/ mais ações de prevenção. - Políticas públicas para erradicação da cultura patriarcal. - Fortalecimento dos vínculos familiares. - Educação: mais espaços culturais, mais urbanização e direito à cidade. - Garantia de direitos mais eficaz (escolas/e espaço público). - Investir em informação.
Profissionais - Serviço de medida	<ul style="list-style-type: none"> - Desmilitarização da polícia, com formação cidadã e desconstrução de práticas violentas na composição policial, que são estruturais do trabalho policial. - Reforma do sistema judiciário, incluindo negros, por meio de cotas nos concursos. Exemplo do elitismo e moralismo do Judiciário foi fornecido a partir do acontece com jovens em varas criminais onde juízas humilham as mães, as culpando pelas infrações cometidas por seus filhos. - Álcool e drogas devem ser tratadas como questão de saúde pública, com políticas de redução de danos e descriminalização. - Reforma do sistema de Justiça com incorporação da justiça restaurativa. <p>Caminho 3</p> <ul style="list-style-type: none"> - Educação para a mudança de valores, cidadania e direitos. - Políticas de redução de desigualdades. - Implementação de programas de mediação de conflitos.

Grupo de Diálogo	Qual é o melhor caminho para resolver o problema da segurança pública em São Mateus e Sapopemba e promover um ambiente mais seguro? (Soluções – 2ª etapa geral)
Moradores - CEU Sapopemba	<p>Caminho 1</p> <ul style="list-style-type: none"> - O caminho 1, com mais punição, seria uma possibilidade de lidar com a questão das drogas / mais clínicas para usuários. - Fim do "perdão" (regimes semiaberto, aberto e progressão da pena) para crimes violentos (estupro e outros crimes violentos). - Fim da fiança. - Salário do preso que trabalha deveria ir para a vítima do crime que ele cometeu. - Aumentar o tempo de prisão e cortar o semiaberto. <p>Caminho 2</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reforma da polícia e do sistema de justiça com ênfase em direitos humanos. - Unificação das polícias. - A ouvidoria/corregedoria não seja constituída por policiais. - Penas alternativas para crimes leves. - Maior rapidez e eficiência na justiça. - Desmilitarização da polícia militar e unificação das polícias. - Uma formação mais aprimorada e mais preparada por parte da polícia visando não atentar contra vida. - Descriminalização das drogas para o usuário. - Tratamento de drogas como uma questão de saúde pública; tratamento não compulsório. - Desmilitarização da PM; querem uma PM mais humana; uma polícia que não atente contra vida. - Maior poder de controle e supervisão do trabalho das polícias. - Penas alternativas para crimes leves: roubo, pequenos furtos, danos ao patrimônio público e privado. <p>Caminho 3</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação de novas políticas públicas. - Combate ao preconceito (palestras e debates) não só no ambiente da escola. - Investimento em infraestrutura (auxílio no sentido de evitar sensação de insegurança). - Inserção de jovens em cultura e lazer. - Investimento em iluminação, educação e urbanização de favelas e bairros mais carentes. - Cursos para mulheres visando combater a violência doméstica e instituições (abrigos) para mulheres vítimas de violência e seus filhos. - Políticas públicas para a diminuição das desigualdades (a sociedade como um todo se unindo para promover a diminuição da desigualdade). - Formação política na escola. - Investimento em infraestrutura: iluminações, melhoria dos equipamentos urbanos. - Combate ao preconceito: racismo, machismo, homofobia, transfobia/ debates, campanhas, palestras, filmes, formação da polícia com ênfase nos direitos humanos e diferença. - Estímulo por meio de política pública à inserção dos jovens em associações, partidos políticos e/ou grupos culturais.

A etapa de construção de respostas demandou maior esforço dos participantes do que a etapa de diagnóstico. Ela envolveu uma capacidade de leitura e compreensão de textos, conceitos e conteúdos relativamente mais complexos, muitas vezes de difícil acesso por

parte do público dos GDs. Foi necessário, por exemplo, que o grupo de jovens mediadores fizessem esclarecimentos sobre palavras, conceitos e ideias apresentadas pelo Caderno.

Houve consenso em todos os GDs de que um único caminho exclusivo não daria conta de resolver os principais problemas da segurança pública em São Mateus e Sapopemba, sendo aprovadas propostas nas três diferentes linhas. No geral, percebe-se que nas plenárias finais houve uma maior adesão a medidas baseadas no caminho 3 - muito focado em problemas sociais e estruturais -, seguido por propostas ligadas ao caminho 2 - mais relacionadas à reorganização do sistema de justiça. Entretanto, durante o trabalho nos subgrupos essa relação era invertida, com alguma proeminência do caminho 2.

O caminho 1 - com foco nas medidas de caráter repressivo/punitivo - foi, em geral, um pouco menos citado. Sua presença, entretanto, não foi desprezível considerando que várias medidas desse caminho foram citadas e incorporadas às soluções em sete dos GDs realizados. Ele aparece com um pouco mais de força em alguns dos GDs de jovens. Na hierarquia das medidas incorporadas ou sugeridas pelos grupos de trabalho dentro dos GDs, o caminho 2 ficou em primeiro lugar, seguido pelo caminho 3 e, por fim, do caminho 1. Entretanto, mesmo que nas medidas sugeridas o caminho 2 tenha se saído melhor, nas plenárias finais ocorreu a prevalência do caminho 3, seguido do caminho 2 deixando o caminho 1 em último lugar.

Tabela 8 - Plenária da segunda etapa (síntese)

Grupo de Diálogo	Qual é o melhor caminho para resolver o problema da segurança pública em São Mateus e Sapopemba e promover um ambiente mais seguro? (Soluções - 2 etapa síntese)
Jovens - Escola Sapopemba 1	- Tentativa de elaboração de um quarto caminho a partir da articulação de elementos retirados dos 3 caminhos. - Maior ênfase em soluções advindas dos caminhos 3 e 2. Pouca adesão a propostas do caminho 1.
Jovens - Escola Sapopemba 2	- Tentativa de elaboração de um quarto caminho a partir da articulação de elementos retirados dos 3 caminhos. - Maior ênfase em soluções advindas dos caminhos dos caminhos 3 e 2. Pouca adesão as propostas do caminho 1.
Jovens - Centro de Juventude 1	- Tentativa de elaboração de um quarto caminho a partir da articulação de elementos retirados dos 3 caminhos. - Maior adesão as propostas do caminho 3 seguido pelo caminho 2. Pouca adesão as propostas do caminho 1.
Jovens - Centro de Juventude 2	- Tentativa de elaboração de um quarto caminho a partir da articulação de elementos retirados dos 3 caminhos. - Maior adesão as medidas do caminho 2 seguido pelo caminho 3. Pouca adesão as propostas do caminho 1.

Grupo de Diálogo	Qual é o melhor caminho para resolver o problema da segurança pública em São Mateus e Sapopemba e promover um ambiente mais seguro? (Soluções – 2 etapa síntese)
Jovens - CEU Sapopemba	<ul style="list-style-type: none"> - Tentativa de elaboração de um quarto caminho a partir da articulação de elementos retirados dos 3 caminhos. - Maior adesão as medidas do caminho 2 seguido pelas do caminho 3. Pouca adesão as propostas do caminho 1.
Profissionais – Serviço de assistência social	<ul style="list-style-type: none"> - Tentativa de elaboração de um quarto caminho a partir da articulação de elementos retirados dos 3 caminhos. - Maior ênfase nas medidas originárias do caminho 3 seguido pelo caminho 2. Pouca adesão as propostas do caminho 1.
Profissionais – Serviço de medida	<ul style="list-style-type: none"> - Tentativa de elaboração de um quarto caminho a partir da articulação de elementos retirados de 2 caminhos. - Maior adesão as medidas do caminho 3 seguido pelo caminho 2. Nenhuma adesão as propostas do caminho 1.
Moradores - CEU Sapopemba	<ul style="list-style-type: none"> - Tentativa de elaboração de um quarto caminho a partir da articulação de elementos retirados dos 3 caminhos. - Maior adesão as medidas do caminho 3 seguido pelo caminho 2. Pouca adesão ao caminho 1.

4.1- Caminho 1: discussão a partir do que foi levantado nos grupos e nas plenárias

A Segurança Pública promoverá um ambiente mais seguro a partir do estabelecimento de PUNIÇÕES MAIS SEVERAS para os crimes cometidos, coibindo assim a ação de criminosos.

O caminho 1 foi o que teve a menor adesão dentre todos os três caminhos. Contudo, é necessário considerar que ele foi totalmente descartado em apenas um GD de profissionais (serviço de medida). Com pequenas variações e adaptações suas medidas apareceram em todos os outros sete GDs.

Assim sendo, é importante analisar quais são as medidas desse caminho que obtiveram mais ressonância entre os participantes.

Tabela 9 – Medidas do Caminho 1 sugeridas nas plenárias

CAMINHO 1	O que é sugerido?	Número de vezes sugerida nos GDs ⁸
Medida 1	Revisão do regime de progressão penal para quem comete crimes violentos.	3
Medida 2	Alteração da Constituição Federal e reforma do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com redução da maioridade penal de 18 para 16 anos e períodos de internação mais longos para adolescentes e jovens infratores.	3
Medida 3	Aumento das penas para criminosos violentos que voltarem a cometer crimes.	14
Medida 4	Fim do direito de cumprimento de pena nos regimes aberto e semiaberto para os autores de crimes violentos.	3
Medida 5	Fim do “perdão” da pena por estudo ou trabalho aos condenados por crimes violentos.	8
Total		31

É sintomático que a medida mais citada/sugerida nesse caminho seja aquela que faz referência ao endurecimento das penas para os reincidentes em crimes violentos. São considerados violentos os crimes que incidem contra a vida, como homicídio, latrocínio, feminicídio e estupro. Apesar de roubo contar na tipificação de “crime violento”, o olhar nos grupos de diálogo esteve dirigido sobretudo àqueles casos que envolvem morte da vítima ou estupro. Esses são violações que deveriam ser revisadas pelo Código Penal Brasileiro, segundo alguns GDs.

Essas respostas advêm do sentimento de que uma legislação mais severa coibiria esses tipos de crimes, percepção bastante forte em determinados segmentos da população e bastante difundida como senso comum. Há também uma relação com a ideia de uma consequência justa no sentido do autor de um crime sofrer o mal que, no ato criminoso, foi infligido ao outro. Em conjunção a essa medida, segue a medida 5 que sugere “o fim do ‘perdão’ [remissão] de [parte da] pena por estudo ou trabalho aos condenados por crimes violentos”. Em geral, a defesa dessa medida não implica na rejeição da possibilidade de recuperação do preso ou num entendimento de ser um gasto excessivo para o Estado – as discussões não entraram nesse mérito. Esteve essencialmente vinculada à ideia mais genérica de instituir medo da punição no possível autor e/ou de infringir nele um dano compatível ao que ele foi autor, ligada a uma noção de “fazer justiça”.

As duas medidas de maior influência/recepção do caminho 1 referem-se aos indivíduos que cometem ou cometeram crimes violentos. A grande adesão a essas medidas demonstra um sentimento generalizado de medo em relação aos crimes violentos e a expectativa que um maior rigor com aqueles que cometem esses crimes seja implementado, mesmo

⁸ Número de vezes em que cada medida foi citada nos subgrupos.

que o “rigor” envolva a revisão de direitos adquiridos. Na percepção dos proponentes, esses não seriam direitos, mas sim expressões de privilégios.

Um ponto importante é que dentre as principais problemáticas da região discutida pelos participantes na etapa de diagnóstico, apenas o estupro entra na qualificação de crimes violentos. Homicídios e latrocínios não aparecem com força nos relatos e seleção de principais problemas, com exceção das falas vistas nos grupos de profissionais e em um dos grupos de jovens. Isso apontaria para uma naturalização dos homicídios de jovens por parte dos participantes, considerando os números que apontam a região com uma das mais violentas para os jovens na cidade.

As medidas 1 (revisão do regime de progressão penal para quem comete crimes violentos), 2 (redução da maioridade penal de 18 para 16 anos) e 4 (restrição ao direito ao cumprimento de parte da pena em regimes aberto e semiaberto para autores de crimes violentos) ficaram empatadas em terceiro lugar. As adesões à medida 2, sobre redução da maioridade penal, vieram de três grupos de jovens e foram rechaçadas pela maioria nas plenárias finais.

Por fim, foram elaboradas medidas que não constavam no caderno, mas que se aproximam do caminho proposto, como a “pena de morte” para crimes violentos como estupro (tendo sido citada por no mínimo três vezes) ou a ideia de que o salário que o preso recebe por exercer algum tipo de trabalho na prisão deveria ser remetido à vítima do crime cometido por ele ou ainda o fim do direito a fiança (não foi especificado o crime).

4.2. Caminho 2: discussão do caminho a partir do que foi levantado nos grupos e nas plenárias

A Segurança Pública promoverá um ambiente mais seguro a partir de uma REFORMA DA POLÍCIA E DO SISTEMA DE JUSTIÇA, tornando, assim, essas duas instituições mais eficientes no combate à criminalidade e à sensação de impunidade.

O caminho 2 foi o que teve o maior número de citações de todos os três caminhos no processo de diálogo dentro dos grupos. O caminho foi aquele que trouxe, no conteúdo do caderno, elementos mais técnicos do debate sobre segurança pública, sendo o que mais demandou esclarecimentos dos/as mediadores/as para os/as participantes. É possível que a dificuldade de entendimento tenha dificultado um número maior de adesões ou propostas ligadas a esse caminho, ainda que ele tenha aparecido com alguma frequência.

A ação policial foi foco de uma parte significativa das propostas (a polícia entendida, sobretudo, como sinônimo de polícia militar) sendo também o segundo maior problema

listado pelos GDs na primeira parte dos encontros. Atuação da polícia é um termo “guarda-chuva” escolhido para falar de problemas bastante diversificados como truculência e violência policial vistas nas abordagens, relações ilícitas entre policiais e o crime organizado via cobrança de propina, omissão em casos variados, repressão violenta aos bailes funk em determinados bairros, abordagens orientadas por estereótipos que entendem a população negra, jovem e vestida a partir de uma indumentária vinculada ao funk como potencialmente perigosa e criminosa. Em grupos específicos, a atuação da polícia foi associada a homicídios, como foi o caso dos profissionais do serviço de medida por conta do tipo de repressão realizada na forma como se faz o policiamento “ostensivo”.

A maior parte dos grupos de diálogo tinha jovens em sua composição e é possível afirmar, com base no conteúdo dos debates, que há uma espécie de tensão latente entre população jovem e atuação da polícia no território que não se evidencia de forma similar quando os mesmos faziam referência ao crime organizado. Em outras palavras, a polícia era vista frequentemente como mais perigosa do que o crime organizado na experiência desse grupo social. Os indivíduos vinculados ao crime organizado (“irmãos”) foram muitas vezes citados como responsáveis por realizar a mediação de conflitos no território, por ausência, despreparo ou desinteresse de agentes governamentais. Vale dizer que em alguns casos essa interferência “do crime” foi problematizada, mas muitas vezes foi apresentada como uma alternativa à ausência do Estado. Nesse aspecto, também surgiram várias referências à falta de policiamento em regiões do território conhecidas por seus altos índices de ocorrência de crimes como roubos e assaltos, além da demanda por mais delegacias na região. Um número pequeno de subgrupos apontou a necessidade de a polícia estar mais preparada – em termos de armamento – para combater o crime na região.

Caminho 2	O que é sugerido?	Número de vezes sugerida nos GDs ⁹
Medida 1	Desmilitarização das polícias militares, unificação das Polícias Militar e Civil e reestruturação da carreira e profissionalização das polícias através de uma formação com ênfase nos direitos humanos, cidadania e valorização da vida, pela premiação de baixos índices de letalidade policial e pelo maior controle sobre o uso da força e das armas de fogo por policiais	29
Medida 2	Major poder de controle e supervisão do trabalho das polícias através de órgãos como a Ouvidoria (órgão independente que recebe e acompanha denúncias da população), Corregedorias de Polícia (órgãos que investigam crimes cometidos por policiais) e Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG)	7

⁹ Número de vezes em que cada medida foi citada nos subgrupos.

Caminho 2	O que é sugerido?	Número de vezes sugerida nos GDs ⁹
Medida 3	Descriminalização das drogas e tratamento da dependência como um tema de saúde pública.	20
Medida 4	Estabelecimento de penas alternativas – em substituição às penas restritivas de liberdade – para crimes considerados não violentos (como furtos) no sentido de evitar o encarceramento de pessoas e diminuir os índices existentes.	11
Medida 5	Maior rapidez e eficiência nas investigações e no esclarecimento de crimes pela polícia e maior rapidez no julgamento de acusados por parte do Judiciário.	11
Total		78

No que diz respeito a distribuição das medidas sugeridas no caminho 2, a que teve mais aceitação das cinco foi a medida 1 que sugere **a desmilitarização das polícias militares junção das polícias militar e civil e uma ampla reforma na carreira, formação e atuação das polícias**. A grande adesão a essa medida nos alerta para a forma como as polícias, em especial a militar, lidam com a população de Sapopemba e São Mateus no seu cotidiano e está em sintonia com o que foi diagnosticado na primeira parte dos GDs como segundo maior problema de segurança pública das regiões. Paradoxalmente, a medida 2, que sugere **“maior poder de controle e supervisão do trabalho das polícias através de órgãos como a Ouvidoria (órgão independente que recebe e acompanha denúncias da população), Corregedorias de Polícia (órgãos que investigam crimes cometidos por policiais) e Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG)”**, foi a que ganhou menos adeptos nesse caminho. Um número pequeno de participantes foi capaz de estabelecer uma relação direta entre reforma profunda das estruturas das polícias e controle externo e interno às ações dos efetivos policiais.

A medida 1 é seguida pela medida 3 em número de citações. A medida 3 sugere a **“descriminalização das drogas e tratamento da dependência como um tema de saúde pública”**. Nesse sentido, foi possível notar que, pela percepção dos participantes, a presença problemática da polícia no território se dá majoritariamente por conta da existência de atividades vinculadas à economia da droga que tem o crime organizado como articulador. Muitas vezes foram relatadas situações nas quais a polícia se dirigia aos bairros apenas para receber propina cobrada dos traficantes, instituindo uma prática de negociação dos espaços nas quais a ação policial não teria interferência.

Para além de um entendimento moralizante do consumo de drogas como algo errado – de que a prática deveria ser condenada por supostamente gerar ou promover a delinquência – uma leitura feita pelos grupos é de que as relações escusas que se constroem entre polícia e crime organizado para a manutenção do comércio ilegal de drogas é que geraria o ambiente inseguro, violento e aberto a violações de direito por parte de agentes do Estado. Por essa leitura, deixar de tratar a questão do consumo de drogas como algo inserido no universo da segurança pública e passar a vê-la como uma temática própria da saúde pública renderia a produção de um ambiente mais seguro.

Isso não quer dizer que leituras que veem o consumo e a grande oferta de drogas como algo, por si só, errado e gerador de insegurança e violência não tenham aparecido nos debates. Muitos jovens e moradores se sentiam incomodados com a oferta de drogas produzida pelo tráfico e a criminalidade e comportamento desviante dos dependentes que produziram insegurança, sobretudo no que diz respeito aos adolescentes e crianças. Mulheres, por sua vez, seriam alvo de assédio dos usuários de drogas, que também cometeriam assaltos. Nesse sentido, o tráfico de drogas seria um elemento desestabilizador das relações sociais da região.

Um ponto importante é que, nos grupos onde a questão foi debatida, houve uma ênfase na ideia de que nem todas as drogas deveriam ser descriminalizadas. A maior parte dos que defendiam a descriminalização se baseavam em uma distinção generalizada no senso comum entre drogas leves e pesadas. A maconha seria uma droga leve que poderia ser descriminalizada, em detrimento, por exemplo, da cocaína, uma droga pesada não passível de descriminalização.

Empatadas na terceira colocação ficaram as medidas 4 e 5. A medida 4 sugere o “**estabelecimento de penas alternativas – em substituição às penas restritivas de liberdade – para crimes considerados não violentos (como furtos) no sentido de evitar o encarceramento de pessoas e diminuir os índices existentes**”. Um dos pontos destacados na discussão dessa medida fazia referência à polêmica se o tráfico de drogas poderia ser considerado ou não um crime leve tendo em mente que uma parte considerável da população carcerária do Brasil atualmente é composta por indivíduos condenados ou aguardando julgamento por esse crime. Não houve consenso, mas os participantes que tendiam a olhar com simpatia a medida 3 (descriminalização das drogas) achavam que o problema do tráfico seria anulado/resolvido com a implementação dessa medida e a discussão sobre o tráfico ser ou não um crime leve não faria então sentido.

Já a medida 5 propõe uma “**maior rapidez e eficiência nas investigações e no esclarecimento de crimes pela polícia e maior rapidez no julgamento de acusados por parte do Judiciário**”. A discussão dessa medida se deu a partir de uma visão generalizada de que a polícia não está necessariamente interessada ou capacitada para investigar e solucionar os crimes que são cometidos na região e que o sistema de justiça não pune o suficiente. Vários foram os relatos dos participantes a respeito do sentimento de impotência diante de roubos, assaltos e furtos, uma vez que não havia um esforço dos agentes do Estado no intuito de prevenir e/ou resolver esses tipos de ações. Essa leitura se deu conjuntamente a uma percepção generalizada de que isso ocorre por se tratar de regiões pobres onde os cidadãos têm poucas redes de influência disponíveis capazes de evidenciar esses problemas e exigir soluções. Portanto, ao invés de um entendimento de que um sistema de Justiça mais ágil e eficiente está relacionado a sua capacidade de diversificar o formato das penas e transformar a lógica “punitivista”, a visão que apoiou a medida foi a de que ele não pune com a frequência e a velocidade necessária.

Por fim, uma leitura interessante e original do material foi feita por um grupo de profissionais que apontou o elitismo vigente nos quadros do sistema de Justiça e que tende a condenar os mais pobres baseado em visões moralmente enviesadas sobre esse contingente a população. Exemplo desse moralismo foi dado por agentes de medida socioeducativa, ao afirmar que nas varas criminais juízas tendem a humilhar as mães de jovens infratores, culpando-as pelas infrações dos filhos. Uma reforma seria necessária no sentido de diversificar a composição dos quadros do sistema de Justiça – do ponto de vista da origem de classe e étnico/racial – a partir da inclusão de uma política de cotas para negros, negras e pobres nos concursos de admissão às carreiras.

4.3| Caminho 3: discussão do caminho a partir do que foi levantado nos grupos e nas plenárias.

A Segurança Pública promoverá um ambiente mais seguro a partir da DIMINUIÇÃO DAS DESIGUALDADES, considerando que é o abismo existente entre ricos e pobres o fator gerador de crimes e, conseqüentemente, um ambiente de insegurança.

O caminho 3 foi o que teve o segundo maior número de incorporação de suas medidas no processo de diálogo dentro dos grupos. No entanto, na maior parte dos grupos, mesmo com um número menor de medidas citadas, ele foi apontado como a principal saída para o problema da violência. Isso evidencia que os participantes dos GDs entendem que há uma forte relação entre os altos índices de desigualdade na sociedade brasileira e paulistana e o fenômeno da violência - entendida a partir dos atos violentos e da sensação de insegurança da população.

Caminho 3	O que é sugerido?	Número de vezes sugerida nos GDs ¹⁰
Medida 1	Criação de novas políticas públicas que visam à diminuição das desigualdades e manutenção e à expansão das políticas já existentes.	11
Medida 2	Investimento em iluminação, pavimentação, saneamento básico, educação e urbanização de favelas e/ou bairros mais carentes, pois áreas com equipamento precários e deteriorados tendem a promover um ambiente mais propício a reprodução da violência.	20

¹⁰ Número de vezes em que cada medida foi citada nos subgrupos.

Caminho 3	O que é sugerido?	Número de vezes sugerida nos GDs ¹⁰
Medida 1	Criação de novas políticas públicas que visam à diminuição das desigualdades e manutenção e à expansão das políticas já existentes.	11
Medida 2	Investimento em iluminação, pavimentação, saneamento básico, educação e urbanização de favelas e/ou bairros mais carentes, pois áreas com equipamento precários e deteriorados tendem a promover um ambiente mais propício a reprodução da violência.	20
Medida 3	Combate ao racismo, machismo e homofobia por meio de programas que visem desconstruir essas práticas, evidenciando a relação destes fenômenos com a reprodução da violência (tanto dentro das forças policiais, no sistema de Justiça como entre cidadãos comuns) contra negros, mulheres, homossexuais, travestis e transexuais.	16
Medida 4	Estímulo à inserção, principalmente de jovens, em associações, partidos políticos ou grupos culturais locais (de hip-hop, saraus, teatro, entre outras) que podem servir como espaços alternativos de formação política, cultural e artística, além de criar redes de proteção.	11
Medida 5	Articulação de movimentos sociais e entidades da sociedade civil (associações e organizações não governamentais) para elaboração de um plano de ação contra a violência que compreenda a diminuição das desigualdades por meio do acesso à cidadania plena garantidora do direito à vida, dos direitos humanos e por meio de formas práticas de lidar com a violência.	0
Total		58

Considerando o último caminho, a medida mais citada nos GDs foi a 2, que se refere à necessidade de **“investimento em iluminação, pavimentação, saneamento básico, educação e urbanização de favelas e/ou bairros mais carentes, pois áreas com equipamento precários e deteriorados tendem a promover um ambiente mais propício a (re)produção da violência”**. Os debates vistos nos trabalhos internos dos grupos e mesmo nas plenárias deixaram evidente que a população sente que a infraestrutura dos bairros é bastante precária e estabelece relação deste fator com o problema da violência. Uma das relações mais citadas é a da falta de iluminação em várias áreas da região, tornando-as potencialmente perigosas e lugares propícios a roubos, estupros e consumo de drogas. Jovens foram também bastante enfáticos ao apontar a inexistência de áreas destinadas ao lazer, a práticas esportivas e culturais. Embora nem sempre o debate tenha se aprofundado, é possível dizer que em alguns momentos isso ficou associado à ideia de “ocupar” a cabeça ou o tempo de crianças, adolescentes e jovens, mas também surge como uma afirmação de direitos ou como um componente importante para o desenvolvimento saudável dessa população.

Uma das poucas opções citadas, talvez das mais populares entre os jovens, é o “fluxo”. Há duas questões levantadas em torno dos “fluxos”. De um lado existe um forte incômodo com os problemas que seriam causados pela atividade aos moradores do entorno destes

locais, especialmente pelo volume de som, os horários e dias, o suposto uso intensivo de drogas e até práticas sexuais no espaço público. De outro, há uma rejeição à forma violenta como a polícia age nesses espaços. Reunindo centenas de pessoas e acontecendo em áreas como praças com música em volume alto, os “fluxos” são alvos constantes da repressão policial. Segundo relatos ouvidos, a polícia busca dispersar as festas com bastante truculência fazendo uso de balas de borracha e bombas de gás, algo que geraria tumulto e ocasionaria sério risco à integridade física não apenas dos participantes, mas também de outros moradores. Tendo em vista essa questão, uma das principais propostas saídas dos grupos foi a implementação de espaços apropriados para a realização dos bailes funk e de outras atividades culturais e de lazer com foco na juventude local.

A medida 3 sugere ações no **“combate ao racismo, machismo e homofobia por meio de programas que visem desconstruir essas práticas, evidenciando a relação destes fenômenos com a reprodução da violência (tanto dentro das forças policiais, no sistema de Justiça como entre cidadãos comuns) contra negros, mulheres, homossexuais, travestis e transexuais”**. Nos GDs foi mencionada com frequência a prática do racismo na forma como a polícia atua, abordando indivíduos a partir de suas características raciais, preterindo brancos e tomando como alvo privilegiado da sua ação repressiva a população negra. Outro problema mencionado que está ligado a essa medida é a violência contra as mulheres, que foi citada como uma questão que perpassaria todas as dimensões da vida cotidiana da região. Mulheres, preferencialmente as mais jovens, seriam vítimas de assédio nos mais diversos ambientes (rua, escola e trabalho), e também alvo prioritário de roubos, de agressões verbais, físicas e psicológicas em espaços públicos e domésticos - incluindo a agressão por familiares, namorados, maridos, etc. O medo generalizado de sofrer violência sexual – estupro – foi externado com frequência pelas mulheres. O espaço escolar é também apontado como reprodutor de práticas racistas, machistas e homofóbicas, incluindo a omissão, desinteresse, despreparo e até mesmo havendo a reprodução desses preconceitos por parte da direção da escola, funcionários e/ou corpo docente.

Na listagem dos principais problemas de segurança pública das regiões de São Mateus e Sapopemba o terceiro lugar é ocupado pela **violência contra a mulher** enquanto que o quarto pelos **problemas de infraestrutura**. Nesse sentido, a articulação entre as medidas 2 e 3 viria justamente dar conta de responder a essas duas problemáticas.

O terceiro lugar na preferência das medidas se deu por um empate das medidas 1 e 4 que sugerem, respectivamente, a **“criação de novas políticas públicas que visam à diminuição das desigualdades e manutenção e à expansão das políticas já existentes”** e o **“estímulo à inserção, principalmente de jovens, em associações, partidos políticos ou grupos culturais locais (de hip-hop, saraus, teatro, entre outras) que podem servir como espaços alternativos de formação política, cultural e artística, além de criar redes de proteção”**. Por fim, a medida 5 que propõe a **“articulação de movimentos sociais e entidades da sociedade civil (associações e organizações não governamentais) para elaboração de um plano de ação contra a violência que compreenda a diminuição das desigualdades por**

meio do acesso à cidadania plena garantidora do direito à vida, dos direitos humanos e por meio de formas práticas de lidar com a violência” não recebeu apoio de nenhum grupo em todos os GDs.

O caminho 3 como um todo necessitava de certa capacidade de abstração por parte dos/as participantes no sentido de se perceber as relações existentes entre desigualdades e segurança pública. Em algumas medidas sugeridas essa relação não era tão evidente. Isso explicaria, em parte, a grande adesão às medidas 2 e 3. Falta de infraestrutura, de um lado, e racismo, machismo e homofobia, de outro, já são, de certa forma, vistos como formas de violência. Estudantes, moradores e profissionais se sentiam ultrajados pelo descaso com que as questões de infraestrutura são tratadas pelas autoridades como um todo. Ao mesmo tempo, os participantes foram bastante enfáticos em estabelecer uma vinculação entre a ausência de infraestrutura e o aumento de sensação de insegurança. A necessidade de melhor iluminação em lugares como praças, ruas e parques era sempre citada como possibilidade de evitar roubos, assaltos e estupros.

As medidas 1 e 4 ficaram empatadas em terceiro. Contudo, a medida 1 se apresentava como algo bastante genérico afirmando a necessidade de manutenção das políticas públicas existentes e criação de outras que visassem diminuir as desigualdades. Em geral havia grande concordância com a ideia, mas ela acabava se refletindo em medidas mais específicas, diferentes do texto original. Entre essas medidas, a ideia de maior oferta de empregos ou trabalho à população jovem foi citada algumas vezes. O estímulo ao trabalho e oferta de empregos era visto como uma possibilidade de fazer frente ao engajamento de jovens no tráfico de drogas e como “ocupação do tempo ocioso”. Essa última ideia, mais uma vez, vem de forma vaga e muito associada ao senso comum, mas geralmente se vinculava também a uma noção de engajamento em algum tipo de projeto de vida, plano de futuro ou forma de dar um “rumo para a vida”.

A medida 4, por sua vez, era vista como a solução para promover um ambiente mais seguro e de significado para os jovens através do estímulo ao ingresso em associações políticas, culturais, artísticas e sociais. Essa medida também evitaria que jovens fossem levados para as fileiras do tráfico de drogas ou que ainda usassem seu tempo livre fora das escolas em atividades que lhes trouxessem riscos. Nesse sentido, é possível notar como a “cultura” – aqui entendida como prática juvenil e artística produzida nos coletivos culturais e de arte – é vista como uma espécie de rede de proteção informal para jovens. Entretanto, a “cultura funk” tem uma representação bidimensional. Por um lado, a maior problemática do funk é a maneira como os seus encontros são realizados, os chamados “fluxos”. O fluxo não é visto como um lugar seguro seja pela oferta e consumo de drogas, seja pela possibilidade da repressão policial e pelo incômodo causado aos moradores devido à aglomeração de uma grande quantidade de pessoas e ao barulho em horários pouco convenientes. Esses aspectos levaram a que jovens elaborassem a sugestão de que deveria haver um espaço próprio e regulado pelas autoridades para a ocorrência das festas de funk. Importante salientar que essa sugestão partiu de jovens que são adeptos dessa prática cultural e frequentadores dos fluxos.

A medida 5 - mais ligada aos movimentos sociais e participação nas políticas de segurança pública - foi aquela que não recebeu nenhuma adesão durante todos os oitos grupos de diálogo. Uma possibilidade de interpretação é que, assim como a medida 1, ela apresenta elementos mais conceituais do que práticos e demanda um entendimento mais abstrato da questão da violência, supondo uma compreensão mais complexa do problema. A proposta de fortalecimento da sociedade civil e da sua incidência nas políticas de segurança implica numa intervenção mais indireta. Além disso também demanda um entendimento muito pouco compartilhado de que as políticas de segurança pública podem ou devem ser construídas de forma participativa com o envolvimento da sociedade civil e não apenas “de cima para baixo”. Outra hipótese viável é que a ideia de direitos humanos ainda seja bastante pouco consolidada, uma vez que é alvo frequente de críticas de setores mais conservadores da sociedade.

5 | Análise dos resultados

A metodologia dos grupos de diálogo busca fazer com que cidadãos comuns se reúnam e discutam temas polêmicos, geralmente objeto de estudo apenas de especialistas. A metodologia parte do pressuposto de que a experiência concreta dos indivíduos deve servir também como base do processo de elaboração e deliberação a respeito de políticas públicas ou temas candentes de determinada sociedade. Os grupos de diálogo visam consultar, mas também informar e propiciar um debate construtivo a partir de um compartilhamento de visões e posições distintas que devem se retroalimentar no sentido de produzir um consenso. A ideia é que participantes dos grupos tenham também uma experiência formativa, inclusive do ponto de vista do entendimento da segurança pública como uma política que deve ser permeável à participação popular, sobretudo juvenil.

A experiência de utilizar a metodologia dos grupos de diálogo para discutir a problemática da segurança pública nas regiões de São Mateus e Sapopemba com jovens, moradores e profissionais se mostrou positiva na medida em que se percebe o quanto essa temática é algo que afeta a vida cotidiana dos indivíduos que vivem nessas regiões. O processo de escuta mostrou que a vida da população de São Mateus e Sapopemba é bastante vitimada pela ocorrência de atos violentos e pela sensação de insegurança. Ao final dos grupos de diálogo, a avaliação dos/as participantes foi, em sua grande maioria, muito positiva, especialmente entre jovens. Alguns depoimentos de participantes indicaram que se trata de uma questão pouco debatida nos diversos espaços de sociabilidade dessa juventude e que poucos viam, até a realização dos GDs, a segurança como um campo onde a participação e a escuta de jovens deveria ser realizada pelos governos. Isso aponta para uma demanda dessa parcela da população em discutir temas ligados à segurança pública e para o significativo afastamento dos gestores ligados a essa área dos sujeitos que por ela são mais afetados. Vale salientar que os Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs) não foram citados em nenhum dos grupos de diálogo.

Entre os diversos aspectos a serem considerados, vale destacar que, apesar de homicídios e mortes por agressão não serem elencados entre os principais problemas no universo da segurança pública pelos grupos durante a etapa de diagnóstico, diversas respostas (especialmente ligadas ao caminho 1) estavam vinculadas a essa questão. Durante o diagnóstico, esse tipo de crime surgiu nos dois nos grupos de diálogo dos profissionais e em um grupo de jovens. Esse aspecto chama a atenção uma vez que a maioria dos participantes era constituída por jovens, vítimas em potencial desse tipo de violência, e que São Mateus e Sapopemba estão entre as regiões de São Paulo com os maiores índices de homicídio. É possível afirmar que ocorra, nesse caso, um processo de naturalização das mortes de jovens por parte da população. Aqui vale salientar que, em fevereiro de 2016, período em que se desenvolvia a formação teórica do projeto, um dos dez jovens que participavam dessa formação foi morto em circunstâncias ainda não esclarecidas.

Outro tema que se destaca em relação à etapa de diagnóstico é a forma substancialmente negativa como é vista a polícia pelos diversos segmentos consultados. Apesar de idealmente a ação policial aparecer nos debates como estando ligada à ideia de proteção e de combate à criminalidade, a experiência mais concreta de jovens, moradores e profissionais participantes dos GDs é de que a polícia militar que atua em Sapopemba e São Mateus não atende às expectativas da população e age frequentemente de forma inadequada e/ou ilegal. Omissão e complacência com o tráfico de drogas, truculência com jovens e racismo foram algumas das críticas mais frequentes à ação militar. Em relação à polícia civil, houve poucas referências, mas existiu uma tendência a avaliar negativamente o atendimento e considerar o número de equipamentos insuficientes. De modo geral, o que se percebe é que, segundo os GDs, os agentes que deveriam garantir a segurança da população local não cumprem a sua finalidade. Mais do que isso, frequentemente eles aparecem nas falas da população como violadores de direitos. Não por acaso, houve bastante eco às propostas ligadas à reforma das polícias, mesmo que a maior parte dos/as participantes não tivesse muita apropriação das medidas relacionadas ao tema.

A segunda parte dos diálogos, voltada para a discussão de três diferentes caminhos para o enfrentamento dos problemas acima listados, chegou a quatro consensos: 1) nenhum dos três caminhos sozinhos daria conta de resolver os principais problemas de segurança de São Mateus e Sapopemba; 2) todos os grupos de diálogo buscaram a elaboração de um quarto caminho a partir da articulação de elementos retirados dos três caminhos; 3) na hierarquia das medidas incorporadas ou sugeridas pelos grupos de trabalho dentro dos GDs o caminho 2 (reforma da polícia e do sistema de justiça) ficou em primeiro lugar, seguido pelo caminho 3 (redução das desigualdades) e, por fim, do caminho 1 (punições mais severas) e, finalmente, 4) mesmo que nas medidas sugeridas o caminho 2 tenha se saído melhor, nas plenárias finais ocorreu a prevalência do caminho 3.

Assim sendo, na visão dos participantes dos grupos de diálogo, não há necessariamente um caminho exclusivo e único para a solução dos principais problemas de segurança pública em São Mateus e Sapopemba a partir dos três caminhos apresentados no caderno

de diálogo. O que se coloca é uma mescla de medidas dos três caminhos apresentados, produzindo um quarto caminho que dê mais prioridade em primeiro lugar à diminuição das desigualdades, seguido de uma reforma das polícias e do sistema de Justiça e, por fim, incorpore medidas pontuais que apontam a necessidade de punições mais severas para certos tipos de crime.

Ao olhar para os resultados dois aspectos se destacam. O primeiro é que essa conjunção de diferentes respostas ao problema da violência está em consonância com a maior parte da bibliografia mais recente sobre segurança pública. Nesse sentido, os participantes dos GDs qualificam o fenômeno da segurança pública como algo complexo, possuindo muitas facetas e cujas respostas devem ser igualmente complexas e multidimensionais.

O segundo elemento é que as respostas, sobretudo de jovens participantes, mesclam elementos frequentemente associados a uma visão de mundo mais conservadora com elementos associados a uma visão mais progressista. De um lado, muitos defenderam a legalização e/ou descriminalização de drogas, bem como punições mais leves para crimes como tráfico de drogas e furtos - considerando que houve um entendimento que o combate ao tráfico não deve priorizar a punição do sujeito que atua no território, mas em elementos mais estruturantes na dinâmica do crime organizado. Também se mostram bastante alinhados com a noção de que a sociedade deve valorizar a diversidade sexual e a identidade afro-brasileira, assim como a promoção da autonomia das mulheres, combatendo as formas de discriminação baseadas em gênero e raça, inclusive debatendo-as no espaço escolar. De outro, indicam a necessidade de penas mais severas para os crimes violentos como homicídio e estupros, frequentemente enfatizando o uso da força policial e o encarceramento como elementos estruturantes. A ideia de punição e vingança contra aquele que comete crimes é bastante presente entre a juventude que participou dos GDs.

5.1. Que segurança pública quer a população de Sapopemba e São Mateus?

Tendo em vista os limites da pesquisa e o foco na produção e dados mais qualitativos que quantitativos, não podemos deixar de relacionar os resultados dos Grupos de Diálogo com as abordagens que os diferentes governos e que o Estado de modo mais geral vem dando ao tema.

Nos últimos 15 anos ganhou espaço no interior das políticas públicas de segurança uma visão que procura conciliar a noção de segurança pública eficiente, com a promoção da cidadania e dos direitos humanos e sociais, dando ênfase na prevenção e em ações territorializadas, como aponta o trabalho de Ballesteros (2014). Embora, mesmo em governos ditos progressistas, políticas desse caráter ainda sejam insuficientes e frágeis, a sua adoção tem sido festejada de alguma maneira por especialistas do campo, sobretudo no que diz respeito à esfera federal. Esse tipo de abordagem, contudo, está longe de ser unânime, tanto entre gestores públicos como na opinião pública em geral. A concepção de uma

“guerra ao crime” e “guerra às drogas” por meio de medidas baseadas em punições mais severas, no encarceramento, na ampliação da capacidade bélica de agentes de segurança e da ênfase ao policiamento ostensivo é também muito presente.

No que diz respeito ao segmento de Sapopemba e São Mateus que foi consultado por meio dos Grupos de Diálogo, não há uma posição inequívoca, mas é possível indicar que o modelo de segurança pública que se sustenta sobre o argumento de um uso maior da força pelo Estado não é visto como a forma mais adequada de prover segurança para a juventude local. Na verdade os GDs apresentam uma série de problemas identificados na forma como a política de segurança pública tem sido operacionalizada na região, que incluem o mau atendimento nas delegacias, a violência policial e a ausência de canais de denúncia para combatê-la, a insuficiência de políticas de enfrentamento do preconceito e de discriminações nas escolas públicas, assim como a falta de uma ação do Estado capaz de alterar dinâmicas territoriais onde prevalece a presença e o mando do crime organizado. Seria possível dizer que as 180 pessoas que participaram da pesquisa demandam uma significativa mudança na forma como o Estado, nas diferentes esferas, vem tratando o problema da violência, especialmente contra a juventude.

Chama a atenção, sobretudo, os casos gravíssimos em que agentes de segurança, que deveriam a juventude da região, são apontados como autores de violência. Vale dizer que há na região uma história importante de lutas contra a violência estatal e violações dos direitos humanos cometidas por agentes de segurança promovidas, em que se destacam o Centro de Direitos Humanos de Sapopemba (CDHS) e o Cedeca Sapopemba. No início dos anos 2000 algumas iniciativas do CDHS para dar visibilidade ao problema tiveram como reflexo retaliações (ameaças de morte e atentados à vida) a uma liderança da instituição, que muito possivelmente estavam relacionadas a policiais denunciados. Em fevereiro de 2014 ocorreu uma audiência pública no prédio do CDHS para tratar de uma nova leva de denúncias de violência policial em Sapopemba, que contou com a presença do então ouvidor da Polícia Militar de Estado de São Paulo Julio Cesar Fernandes Neves e da defensora pública do estado de São Paulo, Daniela Skromov. Durante o encontro, uma série de relatos de violência e violação de direitos por policiais militares foram trazidos pelas lideranças comunitárias presentes.

As discussões também alertam para a o problema do racismo na ação policial. Vale lembrar que um estudo feito pelo Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos da Universidade Federal de São Carlos em 2014, coordenado pela socióloga Jacqueline Sinhoretto, apontou para uma prática racista do sistema de segurança pública no Estado de São Paulo, em especial apontando racismo no contexto do trabalho da Polícia Militar.

Uma preocupação com o racismo institucionalizado e as consequências para a vida da população jovem negra também foram a base da elaboração do Programa Juventude Viva. Nesse sentido também vale lembrar que, embora o município de São Paulo tenha mantido

um convênio com o governo federal, incluindo especificamente o território da subprefeitura de São Mateus, o Juventude Viva não chegou a ser citado por nenhum participante dos GDs. Aparentemente a política, por uma diversidade de razões que aqui não damos conta de listar ou interpretar, não conseguiu alcançar uma parcela mais significativa da juventude local, mesmo aquela vinculada a organizações – uma vez que a grande maioria de participantes dos Grupos de Diálogo estava vinculada a escolas e/ou entidades que atuam com jovens.

6 | Conclusões finais

O processo de consulta pública por meio dos grupos de diálogo permitiu conhecermos mais sobre como alguns segmentos que vivem ou trabalham na região de Sapopemba e São Mateus, sobretudo os jovens moradores, entendem o problema da violência que afeta a juventude e quais respostas trazem para lidar com a questão.

Nesse sentido, à medida que incorporamos a temática da segurança pública e da vida segura como um direito da juventude, é preciso realizar esforços em escutar jovens e compreender melhor como eles vivenciam tanto a violência como as políticas públicas que lidam com esse problema. Os grupos de diálogo não dão conta de uma avaliação mais aprofundada da questão, mas contribuem para compreendê-la e também como um processo educativo, uma vez que gera mobilização, debate e deliberação coletiva sobre um aspecto importante da experiência juvenil em Sapopemba e São Mateus.

Tais resultados devem ser olhados na sua dimensão local, territorializada, mas também podem contribuir para outros contextos desde que sejam consideradas as especificidades de cada população e da dinâmica regional. Não há visões homogêneas reveladas pelos GDs, mas uma multiplicidade de experiências e entendimentos que são sintetizados nos posicionamentos coletivos.

A insatisfação com as políticas de segurança e com o contexto violento é uma marca dos grupos de diálogo. A maior parte dos e das participantes tem poucas experiências de debate, de problematização da realidade a partir do enfoque violência e da vida segura, mas conseguem trazer elementos do seu cotidiano vinculados à questão e são capazes de posicionar-se politicamente frente a ela. O conteúdo dos GDs é bastante rico e oferece recursos para que outros grupos sociais, especialistas e gestores públicos entendam como lidar com a multiplicidade de questões ligadas à violência contra a juventude de Sapopemba e São Mateus. Ela compõe um perfil populacional negro, pobre e periférico que tem tido, historicamente, seus direitos violados mesmo dentro do que se entende por um Estado Democrático de Direito.

7| Bibliografia

BRASIL. **Agenda Juventude Brasil: Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013**. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2014.

_____. **Estatuto da Juventude: atos internacionais e normas correlatas**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013.

BALLESTEROS, Paula Rodriguez. "Gestão de políticas de segurança pública no Brasil: problemas, impasses e desafios". **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo v. 8, n. 1, 6-22, Fev/Mar. 2014.

BITELLI, Marcos Alberto Sant'Anna (org.). **Constituição Federal: Coletânea de Legislação de Comunicação Social**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

CANO, Ignácio & ALVADIA, Alberto. **Análise dos Impactos dos Ataques do PCC em São Paulo em Maio de 2006**. Relatório Final. Laboratório de Análise da Violência (LAV/UERJ)/Conectas Direitos Humanos. Rio de Janeiro, junho/2008.

DIAS, Camila; MARQUES, Maria Gorete; NATAL, Ariadne; POSSAS, Mariana; RUOTTI, Carren. "A prática de execuções na região metropolitana de São Paulo na crise de 2012: um estudo de caso". **Revista Brasileira de Segurança Pública**. São Paulo v.9, n. 2, 160-179, Ago/Set. 2015.

FELTRAN, Gabriel. (2011). **Fronteiras de Tensão: política e violência nas periferias de São Paulo**. Editora UNESP: 2011.

FILOCRE, D´Aquino. "Classificações de políticas de segurança pública". **Revista Brasileira de Segurança Pública**, ano 3, edição 5, agosto/setembro de 2009.

IBASE/PÓLIS. **Que Brasil queremos? Como chegar lá?** Roteiro para diálogo da pesquisa Juventude Brasileira e Democracia. 2005.

INSTITUTO SOU DA PAZ. "Mortes violentas na cidade de São Paulo em 2011". São Paulo, 2013. Disponível em: http://www.soudapaz.org/upload/pdf/conhecimento_mortes_2011_relatorio_web.pdf

_____. "Boletim Sou da Paz Analisa - Estatísticas criminais do Estado de São Paulo / 1º trimestre de 2016". São Paulo, 2016a. Disponível em: www.soudapaz.org/upload/pdf/sdp_analisa_1_trimestre2016.pdf

_____. "Boletim Sou da Paz Analisa - Estatísticas criminais do Estado de São Paulo

/ 1º semestre de 2016”. São Paulo, 2016b. Disponível em: www.soudapaz.org/upload/pdf/sdp_analisa_1_semestre_2016.pdf

_____. “Agenda Prioritária de Segurança Pública”, São Paulo, 2014. Disponível em: http://www.soudapaz.org/upload/pdf/resumo_agenda_priorit_ria_2014.pdf

KHAN, Tulio. Prefácio. **Das Políticas de Segurança Pública às Políticas Públicas de Segurança**. São Paulo: Ilanud, 2002. Disponível em www.observatoriodeseguranca.org/files/livro-prevdocrime%20ILANUD.pdf

LIMA, Renato Sérgio; SINHORETTO, Jacqueline; BUENO, Samira. “A gestão da vida e da segurança pública no Brasil”. **Revista Sociedade e Estado**, volume 30, número 1, janeiro/abril 2015.

MATSUDA, Fernanda E.; GRACILIANO, Mariangela; OLIVEIRA, Fernanda, C.F. **Afinal, o que é segurança pública**. São Paulo: Global Editora/Ação Educativa, 2009.

ONU-HABITAT. **Estado de Las Ciudades de América Latina y El Caribe 2012. Rumbo a una nueva transición urbana**. Programa de Las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos. Agosto de 2012.

REDE DE JUSTIÇA CRIMINAL. “Sumário Executivo das Pesquisas sobre Prisão Provisória. Fascículo 1 – perfil do preso e contexto da prisão”. Agosto de 2013. Disponível em <http://goo.gl/cYVz89>

SÃO PAULO. “A militarização da segurança pública no Brasil”. **Relatório** – Tomo I – Parte 1. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, 2015. Disponível em: <http://verdadeaberta.org/relatorio/tomo-i/parte-i-cap7.html>

SERRANO, Ana Silvia. “A relação entre cidadania e segurança pública: implicações para a doutrina de polícia”. **Revista Ordem Pública**, v. 3, n. 1 (2010), 106-120 pp.

SINHORETTO, Jacqueline; SILVESTRE, Giane; SCHLITTER, Maria Carolina (2014). **Desigualdade racial e segurança pública em São Paulo: letalidade policial e prisões em flagrante**. São Carlos: Grupo de Estudos Sobre Violência e Administração de Conflitos (GEVAC/UFS-Car), 2014.

SOARES, Luiz Eduardo. “Segurança pública: presente e futuro”. **Estudos Avançados** 20 (56), 2006.

UNODC. Global Study on Homicide 2013. United Nations Publication. Vienna: 2014. Disponível em: <https://www.unodc.org/gsh/>

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2014: os jovens do Brasil**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude/Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, 2014.

_____. **Mapa da Violência 2015: mortes matadas por armas de fogo**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude/Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>

